

RESOLUÇÕES DA OITAVA CONFERÊNCIA NACIONAL DA AE

Transição, ainda que tardia

Vivemos um período de avanço da esquerda política e social em nosso continente. Um forte sinal disso é a presença simultânea, no governo de seus países, dos presidentes Lula, Hugo Chavez, Evo Morales, Néstor Kirchner, Michele Bachelet e Tabaré Vasquez. Além de Fidel Castro, como é óbvio.

Este avanço poderá ser aprofundado em 2006, principalmente com o resultado das eleições no Peru, México, Nicarágua, El Salvador e Colômbia, entre outras. Mas também poderá ser retardado ou revertido, especialmente se perdermos as posições conquistadas no Brasil e na Venezuela (cuja eleição ocorre em dezembro de 2006).

Aprofundar o giro à esquerda continental é um dos motivos pelos quais devemos lutar por um segundo mandato presidencial. Há outros motivos: o que fizemos no governo; o que deixamos de fazer, mas que poderemos realizar num segundo mandato; a onda reacionária que resultaria de uma eventual vitória dos partidos neoliberais. As declarações fascistas e racistas do senador Bornhausen (PFL-SC), as ameaças da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) contra a CUT e os ataques da direita na CPMI da Terra revelam o que nos espera, se algo sair errado.

Em 2006, precisamos mais do que reeleger Lula: necessitamos criar as condições políticas, institucionais e sociais que nos permitam realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Um mandato que faça a transição rumo ao “pós-neoliberalismo”. Isto exigirá mais força institucional, através da eleição de senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas. Exigirá alianças institucionais, alianças com os movimentos sociais e com a intelectualidade progressista. Exigirá organizar os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. Finalmente, mas não por último, exigirá uma campanha que aposte na polarização social, política e programática entre o campo democrático e popular e as forças neoliberais. Uma campanha que trate da herança deixada pelos governos tucanos e conservadores, que ataque as alternativas programáticas apresentadas pelo PSDB-PFL, que reconheça as realizações e os limites do governo Lula.

A polarização

As pesquisas comprovam que há uma polarização de classe entre o candidato do PT e o candidato do PSDB. Um de nossos desafios, nesse terreno, é manter o eleitorado popular e recuperar o apoio de setores médios que votaram em nós em 2002 e afastaram-se ao longo dos últimos três anos e meio. Também está clara a existência de uma polarização política, na disputa presidencial, entre o PT e o PSDB. Um de nossos desafios, nesse terreno, é impedir que se consolide uma terceira via. Alguns pensam em fazer isto, realizando desde agora uma aliança eleitoral mais ampla do que a com que disputamos o primeiro turno de 2002. Nós, ao contrário, queremos evitar as somas que subtraem: a melhor tática é consolidar a polarização social e política, através da polarização programática, deixando para o segundo turno uma ampliação das coligações eleitorais.

Enquanto existe uma clara polarização social e política, não está clara a polarização programática. As opções feitas pelo governo e pelo Partido, principalmente até meados de 2005, combinadas com os ataques da direita e a crise, embaralharam as cartas programáticas. Se quisermos uma campanha

militante, com um núcleo duro composto pela esquerda política e social, capaz de atrair o apoio dos setores médios e de impedir o surgimento de uma terceira via, precisamos confrontar o programa democrático e popular com o programa neoliberal. Este confronto tem quatro dimensões: o debate sobre a herança deixada pelo governo FHC e pelos governos conservadores que o precederam; o debate sobre as realizações e também sobre os limites do governo Lula; o debate sobre as alternativas propostas, hoje, pela oposição tucano-pefelista e pelos demais partidos; e o debate sobre as diretrizes do segundo mandato Lula (2007-2010).

Balanço

Um balanço completo do governo Lula é uma tarefa para o futuro, seja porque o governo ainda não concluiu seu mandato; seja porque o viés deste balanço dependerá em parte do resultado da eleição de 2006; ou ainda porque um balanço completo envolverá a reconstituição sistemática da ação do governo e uma análise comparada com outros governos similares ao nosso. Este balanço deverá levar em conta o contexto histórico em que atuamos, marcado pela hegemonia neoliberal, pela crise do socialismo, por uma brutal dívida social e democrática, bem como pelo refluxo das organizações e da luta da classe trabalhadora, inclusive do ponto de vista ideológico. A respeito desta herança, reafirmamos o que disseram as conferências nacionais da Articulação de Esquerda realizadas em 2002, 2003 e 2004.

O balanço que podemos e devemos fazer agora tem um caráter instrumental, a saber, servir de insumo para a elaboração das diretrizes do programa de governo 2007-2010 e, também, como elemento de coesão da militância, para que abrace com vontade a missão de vencer nas eleições de 2006. Nosso desafio é apresentar um balanço crítico (sem o qual não haverá como avançar, como fazer algo melhor), mas ao mesmo tempo capaz de sustentar a defesa do voto em Lula e nos demais candidatos do PT.

Defender o governo Lula não é apresentar um rol de suas realizações, embora suas realizações possam constituir um elemento da defesa do governo. Defender o governo Lula também não é exagerar no balanço positivo das ações da administração federal. Claro que há os que pensam que, frente a um balanço negativo ou simplesmente realista, só restaria como alternativa fazer oposição. Neste sentido e paradoxalmente, compartilham com o esquerdismo do PSTU e PSOL um pressuposto básico: acreditar que a defesa do voto em Lula, em 2006, decorre única ou principalmente de realizações positivas de seu governo. É como se dissessem: “Se o governo não for o máximo, não merece ser defendido”. Não percebem que a necessidade de derrotar a direita e a possibilidade de construir um futuro diferente também são fatores de motivação.

Trata-se de algo óbvio: num país e num mundo que seguem sob a hegemonia do capital financeiro, do imperialismo e das idéias neoliberais, nossa presença no governo, mesmo com todas as limitações, é objetivamente positiva, seja porque deslocamos forças políticas e sociais que ocupavam o governo durante o tucanato, seja porque detivemos ou retardamos processos que estavam em curso no governo anterior (o programa de privatizações, a repressão aos movimentos sociais, a adesão acelerada ao Alca).

Ao mesmo tempo, é forçoso reconhecer que o governo Lula não possuía um plano estratégico que tivesse como objetivo superar a hegemonia neoliberal. Este objetivo estava nas resoluções do 12º Encontro Nacional do PT, que falava em ruptura com o neoliberalismo. Estava presente nas posições que, em 2003, falavam de uma transição de modelo. Mas nunca chegou a fazer parte da

prática - além de desaparecer rapidamente do discurso- da “área econômica”, que ao invés de ruptura e transição, passou a praticar um ajuste fiscal permanente e falar de “déficit zero”. Para agravar, desde 2004 até o final de 2005, a Fazenda e o Banco Central ocuparam a condição de “pilares” do governo, competindo inclusive com o presidente eleito. E como a política monetária desenvolvida pela Fazenda resultou em medidas impopulares (altas taxas de juros e superávit primário, cortes e contingenciamentos de verbas orçamentárias, redução nos investimentos etc.), isso contaminou o conjunto do governo com um discurso e uma prática que conflitavam pesadamente com as expectativas das bases partidárias, eleitorais e sociais do campo democrático e popular. A prioridade do governo foi a aliança com a maior parte dos setores da classe dominante brasileira (empresários industriais, agronegócio, setor financeiro). Além disso, no terreno social, priorizou a adoção de políticas compensatórias, geralmente insuficientes e/ou contraditórias.

Este conflito (que se tentava minimizar falando dos efeitos positivos da contenção da inflação) veio se aprofundando, devido ao enorme êxito com que a Fazenda e o Banco Central transferem recursos da sociedade brasileira, através da taxa de juros e do superávit primário, em direção ao capital financeiro. Esta transferência é tão intensa, que confere à política do BC e da Fazenda total domínio sobre o conjunto do que podemos denominar de “política econômica do governo”. Como resultado, não se rompe a hegemonia do capital financeiro sobre a economia nacional.

É claro que há componentes contraditórios na política econômica, que permitem a aventura de tentar defendê-la “pela esquerda”, citando as medidas de reconstrução do Estado e de sua capacidade de planejamento, a interrupção do programa de privatizações, a política energética, a recuperação e a política de crédito barato dos bancos públicos, os saldos na balança comercial, a relação dívida/PIB. É muito presente, também, o argumento segundo o qual os “fundamentos” da política econômica estariam corretos, havendo problemas e exageros na “operação”. Em tudo isto há verdade e efeitos positivos, mas tomados de conjunto não conseguem quebrar a lógica imposta, pelo capital financeiro, ao conjunto da sociedade brasileira.

As medidas de reconstrução da capacidade de intervenção e planejamento do Estado são lentas e não conseguiram alterar qualitativamente a situação armada pelo governo FHC. Uma aceleração dependeria de investimentos que foram contidos pelo endividamento, pelo superávit primário, pela taxa de juros, pelo contingenciamento orçamentário e pela matriz tributária.

É verdade que o programa de privatizações de estatais foi interrompido, com algumas exceções e sem auditoria nem reversão das privatizações feitas. É verdade também que na área energética há ações importantes sendo desenvolvidas. Mas não se deve esquecer que as “agências” seguiram funcionando e que algumas ex-estatais, agora privatizadas, mantiveram enorme autonomia, por exemplo, na definição de tarifas, que impactam a taxa de inflação. Ademais, o governo manteve a política dos leilões, das concessões e busca institucionalizar as chamadas “parcerias público-privadas”, revelando uma ilusão nas possibilidades do setor privado alavancar um novo ciclo de investimentos.

Os comemorados saldos na balança comercial são oriundos de um conjunto de variáveis, desde uma conjuntura internacional favorável, passando pela precariedade do mercado interno, incluindo aí a baixa remuneração da força de trabalho. A existência de saldos positivos não configura, por si mesmo, algo necessariamente ou apenas positivo do ponto de vista macroeconômico. Basta lembrar os efeitos causados pelo excesso de dólares na economia, com a valorização conseqüente do Real. Ademais, o que é feito com as divisas obtidas? Qual o impacto do “sucesso exportador” na estrutura sócio-produtiva? Qual a pauta de exportações e como isso localiza o país na “divisão internacional

do trabalho”? Quais são as conseqüências econômicas e sociais desse “sucesso” obtido mediante o fortalecimento de um modelo agropecuário, o agronegócio, que concentra terra e renda, não gera empregos e degrada o meio ambiente, como fica evidente com a ampliação do desmatamento na Amazônia Legal? A política industrial incide em que medida na constituição de uma pauta de exportações com presença relevante de produtos de maior valor agregado? Quais os setores burgueses mais diretamente beneficiados pela política industrial em vigor?

Quanto à redução na relação dívida/PIB, custou um enorme esforço social, mas não nos tirou do patamar herdado do governo anterior. O serviço desta dívida faz a festa, dizem, de umas 20 mil famílias, naquilo que críticos sérios denunciam como uma "política social" regressiva. Neste contexto, os recursos empenhados no pagamento antecipado da dívida com o FMI e na recompra de títulos da dívida deveriam ter outro destino.

Sobre a estabilidade monetária (pois não se pode falar em “estabilidade econômica”, num país cuja taxa de juros é das maiores do mundo), dizer que ela é um “fundamento” não quer dizer absolutamente nada. O governo soviético, logo após a revolução de 1917, defendia a importância de manter estável o valor do rublo. A busca da estabilidade do valor da moeda pouco informa acerca do conteúdo da política estatal em vigor. Salvo, é claro, se estivermos diante da “mitomania monomaniaca” monetarista e agora neoliberal, que faz do combate à inflação uma obsessão a ser satisfeita em detrimento de todas as outras variáveis, exceto o serviço das dívidas financeiras.

Outra orientação

A tarefa central de nosso governo era e segue sendo servir de ponto de apoio para a construção de um Brasil pós-neoliberal. Esta não é uma tarefa “econômica”, pelo contrário: derrotar a hegemonia neoliberal exige construir uma contra-hegemonia política e cultural, sem o que não se conseguirá destronar a ditadura do capital financeiro. Por isto mesmo, não se poderia ter deixado o governo ficar prisioneiro dos limites, tanto do discurso quanto da ação continuísta do Ministério da Fazenda e do Banco Central. As melhores áreas do governo são exatamente aquelas, como a política externa ou a cultura, onde se conseguiu manter algum nível de autonomia, pelo menos frente ao discurso economicista.

Nosso segundo mandato necessita, portanto, muito mais do que outra política econômica. Precisamos de uma nova orientação política global, que parta de alguns pressupostos:

- a) no Brasil e em toda a América Latina, continua posta a tarefa de superar a hegemonia neoliberal, nas suas três dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro e a tala do Estado mínimo, cujo enfrentamento exige aprofundar e radicalizar as iniciativas de integração latino-americana e caribenha;
- b) duas décadas perdidas, uma delas de hegemonia neoliberal, produziram uma tragédia que está longe de ser debelada e que só o será através de reformas estruturais e de políticas sociais universalizantes;
- c) é preciso democratizar radicalmente o país, o que inclui mudanças no modelo de Estado, mecanismos de controle social, reforma política, combate ao monopólio dos meios de comunicação, fortes políticas de cultura e educação;
- d) precisamos de um desenvolvimento centrado na ampliação do público e do social, da produção e do mercado interno de massas, o que exige vultosos investimentos estatais em infra-estrutura,

políticas sociais e reformas estruturais (com destaque para as reformas agrária e urbana). O PPA deve apontar, desde já, para o crescimento do orçamento destas áreas, em detrimento dos encargos da dívida financeira;

e) o Banco Central deve perseguir metas combinadas de inflação, crescimento e emprego. As taxas de juros devem ser compatíveis com as metas de crescimento e emprego. Devem ser instituídos mecanismos de controle dos capitais especulativos. A redução da relação dívida/PIB será buscada, não na manutenção de altas taxas de superávit primário, mas sim através do crescimento do Produto Interno Bruto. Além disso, é necessário que os órgãos envolvidos na definição e alcance dessas metas – o Conselho Monetário Nacional e o Copom – sejam completamente reformulados, para que suas deliberações sejam tomadas por maior número de pessoas, com legitimidade para tanto, e não por um restrito número de técnicos da burocracia estatal.

f) o governo federal, como um todo, e cada ministério ou área, em particular, deve estabelecer e divulgar amplamente suas metas sociais (alfabetização, distribuição de renda, geração de emprego, infra-estrutura básica, indicadores da saúde pública, entre outros aspectos), como forma de informar, educar e mobilizar a população para a alteração da estrutura social do país, mas também para combater a hegemonia neoliberal.

Os limites

Amplios setores do partido gostariam de aproveitar o 13º Encontro para fazer um balanço profundo, seja da crise que vivemos em 2005, seja da nossa experiência de governo. Outros gostariam, também, de travar um debate sobre a concepção, o funcionamento e a estratégia do Partido. Todas estas questões são relevantes e é fundamental que o Partido as enfrente. Mas o espaço para fazê-lo, na profundidade necessária, será o III Congresso do Partido, que deve ser realizado em 2007. No 13º Encontro, aquelas e outras questões serão tratadas, mas de maneira coerente com nosso objetivo central em 2006: vencer as eleições presidenciais. Falando claro: não será agora que faremos o necessário acerto de contas com as concepções estratégicas que vigoraram no PT entre 1995-2005. Esta é uma tarefa a ser perseguida depois da vitória. A tarefa da hora é impedir que a coligação neoliberal (PSDB-PFL) reconquiste o governo.

Consideramos fundamental, entretanto, que o Partido promova o mais amplo debate sobre o programa de governo do mandato 2007-2010. A política conduzida pela dupla Palocci-Meireles deve ficar para trás, superada por uma política comprometida com a integração nacional, com a democratização política e com a mudança do modelo econômico e social, num sentido pós-neoliberal e com um horizonte socialista. A Articulação de Esquerda trabalhará ativamente por isto. Por um lado, apresentaremos ao Partido nossa opinião sobre cada uma das questões polêmicas. Por outro lado, buscaremos acordos em torno de posições que congreguem outras tendências do Partido, tendo como base um mínimo denominador comum: iniciar a transição em direção ao pós-neoliberalismo.

Comentários sobre a estratégia

A Articulação de Esquerda é uma tendência socialista. Isso significa que temos como objetivo estratégico a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores, sem opressão nem dominação. As nossas definições programáticas, estratégicas, táticas e organizativas estão organizadas por este objetivo.

Neste sentido, nos diferenciamos de outras tendências (dentro do PT) ou partidos (fora do PT) de esquerda, que organizam sua elaboração teórica em torno de conceitos como o “desenvolvimento”, o “republicanismo” e a “construção da Nação”.

Afirmar que o socialismo é nosso objetivo estratégico não basta para definir qual é nossa estratégia socialista. Uma estratégia socialista pode ser etapista, ou seja, pode conceber que antes do socialismo se faz necessária uma etapa de desenvolvimento capitalista. Uma estratégia socialista pode também, ao contrário do etapismo, indicar o socialismo como objetivo estratégico direto. Mas pode fazer isso e ser, ao mesmo tempo, reformista, ou seja, pode acreditar que a revolução política e social não é indispensável à conquista do poder pelos trabalhadores. Como pode ser, por outro lado, ao contrário do reformismo, uma estratégia que defende a revolução como um momento indispensável à conquista do poder.

As definições estratégicas da Articulação de Esquerda criticam o etapismo e o reformismo. Entendemos que o socialismo é nosso objetivo estratégico direto e compreendemos que a revolução é indissociável da luta pelo socialismo. Uma estratégia revolucionária, na atual conjuntura histórica brasileira, exige adotar uma política de acúmulo de forças que combine a disputa eleitoral-institucional com a construção de um poder político, social e ideológico independente do Estado. No terreno da disputa eleitoral-institucional, devemos ampliar os espaços de poder e as políticas públicas a serviço das classes trabalhadoras.

Não confundimos conquista do poder, com conquista de governos. Nem reduzimos o acúmulo de forças, ao acúmulo de votos. Mas consideramos que o acúmulo eleitoral-institucional é um dos mecanismos de aprendizagem política das classes trabalhadoras. Ademais, a experiência da América Latina, nos últimos dez anos, tem demonstrado o potencial desta via de acúmulo de forças. Como tem demonstrado, também, de diferentes formas, que a política de acúmulo de forças pela via eleitoral-institucional só serve à luta pelo socialismo, se estiver combinada com uma forte organização partidária e social, luta ideológica e luta de massas. E com a disposição de derrotar o inimigo de classe, sem confundir concessões e acordos, com conciliação e ilusão de classe. A construção de um poder político, social e ideológico independente do Estado exige um enorme investimento na construção de uma cultura socialista de massas; a construção de fortes movimentos e lutas sociais; e o fortalecimento de uma estratégia socialista e revolucionária, que se materializa nas organizações partidárias.

Nossa posição sobre o papel da via eleitoral-institucional na política de acúmulo de forças nos diferencia de outras tendências (dentro do PT) ou partidos (fora do PT), que organizam sua estratégia em torno do “movimentismo”; que minimizam a importância das disputas eleitorais-institucionais; que defendem, para as atuais condições históricas, estratégias baseadas na luta armada, no acúmulo político-social quase que exclusivamente não-eleitoral ou na estratégia insurrecional clássica.

Mas também nos diferenciamos, com igual intensidade, das posições estratégicas que predominaram, no interior do PT, a partir de 1995 e até 2005: uma “estratégia” aparentada como o etapismo (uma vez que tinha como alvo derrotar o neoliberalismo e não o capitalismo, além de propugnar uma aliança com setores do capital) e também aparentada com o reformismo (uma vez que fugia da revolução e das rupturas, como o diabo foge da cruz), mas que se diferenciava tanto do etapismo quanto do reformismo, uma vez que não propunha nem uma segunda “etapa”, nem mesmo um propósito socialista. Sem falar que, na prática de governo, a “estratégia” dos moderados petistas acabou resultando numa política de conciliação com a hegemonia neoliberal.

Esta “estratégia de centro-esquerda” (entre aspas, pois trata-se de uma política que não visava conquistar o poder, mas tão somente o governo federal) adotava como política de acúmulo de forças a disputa eleitoral-institucional e o exercício de governos. Portanto, neste sentido da via de acúmulo de forças, a “estratégia” dos moderados possui pontos de contato com a estratégia que defendemos. À medida que a “estratégia” moderada foi demonstrando seus limites, setores da esquerda que são críticos ao curso do governo Lula, bem como críticos ao curso seguido pelo PT, passaram a argumentar que a política de acúmulo de forças pela via eleitoral-institucional estaria superada. Consideramos que esta conclusão é simplista; não interpreta corretamente as potencialidades demonstradas pela situação venezuelana e boliviana, entre outros casos; além de correr o risco de desembocar no esquerdismo vanguardista.

De toda forma, nos parece fundamental que a vanguarda da classe trabalhadora, dentro e fora do PT, aprenda com esta experiência ao mesmo tempo rica e problemática que é o governo Lula (e outras experiências similares na América Latina). Neste sentido, uma das tarefas da direção nacional da Articulação de Esquerda é organizar um amplo processo de balanço do governo Lula (2003-2006).

A “estratégia” dos moderados, materializada nas opções feitas pelo PT e pelo governo Lula, de não enfrentar a hegemonia neoliberal, resultou na desorganização do campo de forças políticas e sociais que denominamos de democrático e popular. Um dos desdobramentos dessa desorganização é que o PT vem perdendo a condição de força hegemônica do campo democrático e popular, embora ele siga mantendo a condição de força majoritária.

Abriu-se, por conta disto, desde 2003, um período de disputa de hegemonia no interior da classe trabalhadora e da esquerda brasileira.

Alguns partidos e correntes políticas (por exemplo, o PSTU, o PSOL e a Consulta Popular) acreditam que a recomposição do campo popular depende ou passa, de alguma maneira, pela derrota e/ou superação do PT e do governo Lula.

Outros partidos e correntes políticas (como nós, da Articulação de Esquerda) acreditamos que será mais fácil recompor o campo democrático e popular, nos marcos contraditórios de um governo Lula e de um PT forte, do que nos marcos de uma reação burguesa.

Já uma parcela dos setores moderados (aquela que segue defendendo e acreditando na correção da “estratégia” adotada desde 1995) trabalha pela continuidade e pelo aprofundamento da aliança feita com setores da burguesia.

Por conta das divergências estratégicas pré-existentes, que por sua vez informaram as divergências sobre como se posicionar diante do processo de desorganização do campo democrático e popular, cada setor da esquerda brasileira adotou, em 2005, diferentes posturas frente aos ataques feitos, pela burguesia, contra o PT e contra o governo Lula. De nossa parte, percebemos desde o início (o caso Waldomiro Diniz) o que estava em jogo e assumimos uma postura firme em defesa do PT e do governo Lula, contra os ataques da direita, sem prejuízo de combatermos as posições do hoje ex-campo majoritário.

Qualquer que seja o resultado das eleições de 2006, tende a ocorrer um aprofundamento da disputa política e ideológica no interior da esquerda brasileira. Aprofundamento que será maior ou menor, a depender da evolução das contradições do capitalismo, em âmbito nacional, continental e mundial. Este aprofundamento da disputa política ideológica pode ou não coincidir com a dispersão do campo democrático e popular.

A dispersão pode se agravar: a) caso Lula perca as eleições de 2006, uma vez que isso abrirá passo para uma ofensiva da direita, que dificultará ainda mais o reagrupamento da esquerda (como o golpe de 1964 também dificultou); b) caso Lula seja reeleito, mas faça um segundo mandato semelhante ou inferior ao primeiro. Neste caso é mantido o padrão observado no século XX, a dispersão durará até que surja um novo fator de aglutinação (como a emergência do movimento de massas, no final dos anos 1970) e se construa um novo partido hegemônico, como ocorreu com o comunismo em relação ao anarquismo; e com o petismo em relação ao comunismo.

Existe, também, a possibilidade da dispersão ser revertida: a) caso Lula seja reeleito e faça um segundo mandato semelhante ao primeiro, mas com o PT assumindo uma postura de real autonomia frente ao governo; b) caso Lula seja reeleito e faça um segundo mandato superior ao primeiro, no sentido de combater e superar a hegemonia neoliberal.

Se formos derrotados na eleição de 2006, provavelmente viveremos um período em que se combinarão intensa dispersão organizativa e igualmente intensa luta ideológica, acerca dos motivos da derrota. A dispersão e a luta serão ainda maiores, caso nosso sucessor no governo federal adote uma política de desenvolvimentismo conservador, que resulte num nível de crescimento maior do que aquele permitido, de 2003 a 2006, pelo monetarismo do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Se formos vitoriosos nas eleições de 2006, também é provável que vivamos um aprofundamento das tensões entre a esquerda que concilia e a esquerda que enfrenta o neoliberalismo. Tanto dentro quanto fora do PT e do governo, estas tensões podem produzir derrotas, rupturas, dispersão organizativa e profunda luta de idéias. A diferença positiva é que isto se dará, não num contexto de ofensiva da direita contra a esquerda, mas num cenário de derrota, mesmo que relativa, da ofensiva da direita contra a esquerda.

Em qualquer destes cenários, o PT estará submetido a tensões muito mais profundas do que as sofridas em 2005. Tensões cujo desenlace positivo ou negativo dependerá de uma dialética difícil de prever, entre a política hegemônica das direções, a disposição de luta dos setores populares e o comportamento da burguesia e do imperialismo.

Desde os anos 1980, o PT veio alcançando de modo crescente a hegemonia no interior da classe trabalhadora e da esquerda brasileira. Pode mantê-la ou não, ao longo da primeira década do terceiro milênio. E pode fazê-lo enquanto partido eleitoral tradicional ou enquanto partido socialista. Não se deve confundir uma e outra coisa. A classe trabalhadora constitui a base histórica do socialismo, é potencialmente socialista, mas não é naturalmente, nem espontaneamente socialista. Portanto, sua organização em partido político de massas não obrigatoriamente resulta num partido socialista.

No atual momento, a classe trabalhadora encontra-se sob forte influência ideológica e sob imensa pressão material por parte da burguesia. O Brasil dos anos 1990 constituiu um momento que conjugou diversos fatores negativos: o início do ciclo neoliberal, a crise do socialismo e a ampliação da exploração burguesa sobre amplos setores da classe trabalhadora. Paradoxalmente, foi neste momento que ocorreu a ampliação da força eleitoral-institucional (nos marcos da hegemonia burguesa) dos partidos e organizações da classe trabalhadora. Talvez por isto, tenha prevalecido a “lei do mínimo esforço teórico”, que reduziu a esquerda socialista a um papel muito mais secundário na luta política, do que teria caso tivesse oposto uma resistência ideológica mais ampla e consistente, ao invés de se contentar com os espaços conquistados na institucionalidade.

Estes fatores subjetivos e objetivos estão na origem das transformações sofridas pelo PT, da subordinação do governo Lula a hegemonia do capital financeiro, bem como na base da defensiva geral dos trabalhadores. Mas esta situação é passageira, como foram passageiras outras situações defensivas na história do Brasil e do mundo. Se e quando a situação mudar, se e quando houver uma nova onda de lutas populares, haverá também uma esquerda capaz de tirar proveito desta situação favorável, em prol da luta pelo socialismo?

A construção de janelas históricas favoráveis à luta revolucionária dos trabalhadores é obra das velhas “toupeiras”, como diria Marx. Mas a construção dos “fatores subjetivos”, capazes de aproveitar as janelas históricas, é algo que depende da ação consciente e organizada. Se a Articulação de Esquerda quiser contribuir nesse sentido, tem que ser capaz e trabalhar para que amplos setores do PT sejam também capazes de:

- a) recuperar a capacidade de criticar, polarizar e construir uma alternativa democrática, popular e socialista às idéias neoliberais, ao militarismo norte-americano e à hegemonia do capital financeiro;
- b) retomar o debate estratégico, sobre qual o papel que a “luta social” e a “disputa institucional” ocupam na luta pelo socialismo, no atual período histórico;
- c) reconstruir as relações orgânicas, políticas e ideológicas com as classes trabalhadoras, em suas várias expressões políticas e sociais, inclusive aquelas que romperam ou se afastaram do PT no último período. Esta reconstrução de relações deve ser feita “a quente”, ou seja, no curso da mobilização política e social que devemos ajudar a impulsionar;
- d) adotar as medidas preventivas e corretivas necessárias, para suportar o ambiente cada vez mais contaminado da “política eleitoral-institucional”;
- e) compreender e equacionar, de maneira teórica e prática, a relação entre o “petismo” e o “lulismo”.

Medidas organizativas

Temos diante de nós, portanto, o desafio de ajudar a reorganizar as forças políticas e sociais que convencionamos chamar de “bloco democrático e popular”, colocando-as novamente sob uma hegemonia socialista.

Muitos partidos e tendências buscarão fazer isso, em alguns casos cooperando, noutros casos disputando. Não somos a única corrente política que pretende dar conta desta tarefa, nem somos necessariamente a que possui melhores condições de êxito. Para que a Articulação de Esquerda possa ter êxito, será necessário superar os limites que se evidenciaram ao longo dos treze anos de existência de nossa tendência.

Precisamos ser capazes de travar uma disputa de massa e pública em defesa de nossos pontos de vista; precisamos construir uma rede de comunicação própria, bem como saber disputar espaço nos e contra os grandes meios de comunicação; precisamos ampliar nossos laços com a intelectualidade socialista, o nível de formação de nossos quadros e nossa produção teórica; precisamos estar presentes em todo o país, em todos os movimentos sociais, níveis de parlamento e governo; precisamos construir uma política de finanças que garanta a auto-sustentação da tendência; precisamos, finalmente, construir uma direção coletiva à altura destes desafios políticos e organizativos.

Temos a nosso favor uma trajetória de independência política e o potencial que demonstramos no PED, produto em boa medida de nossa convicção de que devemos disputar os rumos do PT e das classes trabalhadoras brasileiras, pois este é o melhor caminho para fazer do Brasil um país socialista.

Vale lembrar que a Articulação de Esquerda obteve importantes resultados no PED, elegendo o presidente do PT de Santa Catarina, Espírito Santo e Bahia. Fomos muito importantes na eleição de vários presidentes estaduais, com destaque para as direções do PT do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraíba e Maranhão. Elegemos os presidentes das capitais de João Pessoa e Cuiabá, além de outras cidades de peso em todo o país. Aumentamos nossa presença no Diretório e na Executiva Nacional – estamos hoje à frente da Secretaria de Relações Internacionais, da Secretaria de Formação e da Secretaria Nacional de Juventude -, bem como ampliamos nossa presença na maioria dos diretórios regionais. E, acima de tudo, nossas posições hoje são conhecidas por amplos setores da classe trabalhadora e da população brasileira. Isso foi possível, em grande medida, pelos acertos de nossa linha política. Defendemos mudanças nos rumos do PT e do governo Lula, mas não abrimos mão de defender o PT e o governo contra os ataques da direita.

Passadas as eleições de 2006, teremos que aprofundar o debate sobre o papel de nossa tendência na disputa de rumos do PT e da classe trabalhadora. Mas antes mesmo das eleições de 2006, é preciso iniciar a adoção de um conjunto de medidas organizativas que ampliem nossa capacidade de realizar essa disputa.

A Escola Nacional de Quadros

A construção de uma cultura socialista de massas é um componente importante de nossa estratégia. Para tal, é preciso travar uma luta teórica e ideológica contra as idéias dominantes na sociedade e inclusive na esquerda brasileira.

A luta teórica passa por compreender as tendências do capitalismo atual, no mundo, no continente e no Brasil; passa por um balanço da luta e das tentativas de construção do socialismo no século XX; e passa, finalmente, pela elaboração de uma estratégia de luta pelo socialismo, no século XXI.

A luta ideológica passa por difundir esta compreensão teórica, através da análise crítica e da orientação política concreta frente a cada episódio da luta de classes.

Tanto a luta teórica, quanto a luta ideológica, possuem uma dimensão individual: o militante que estuda e que defende os pontos de vista do socialismo. Mas precisam assumir uma dimensão coletiva: quando estes pontos de vista se materializam no trabalho de uma organização político-partidária.

A presença da AE na secretaria nacional de formação política do PT é orientada por esta compreensão. Mas sabemos que há outras concepções, no interior do PT, acerca do papel da luta teórica e ideológica, motivo pelo qual a formação política da militância petista foi relegada a segundo plano.

Por compreender a importância da luta teórica e ideológica, a Articulação de Esquerda, através das secretarias que dirige no Partido, se empenhará para que o PT organize os seguintes seminários, abertos a toda a militância partidária:

a) um seminário para discutir a produção teórica acerca das tendências do capitalismo atual, no mundo, no continente e no Brasil;

- b) um seminário para debater as tentativas de construção do socialismo no século XX;
- c) um seminário para realizar a análise crítica das estratégias de luta pelo socialismo, no século XXI;
- d) um seminário para debater as experiências de governos de esquerda e centro-esquerda, no mundo e no Brasil.

Para travar, entretanto, com sucesso esta disputa no interior do PT, mas também noutras frentes da luta de classes, é fundamental que a AE disponha, ela própria, dos instrumentos adequados, entre eles a Escola Nacional de Quadros e o jornal Página 13.

A Escola Nacional de Quadros visa estimular a produção teórica e fornecer formação política para nossos militantes. Esta escola organizará um conjunto de seminários e oferecerá um conjunto de cursos, não havendo pré-requisitos para participar em qualquer um deles, exceto nos cursos de dois dias. Ademais, dará apoio para a realização de cursos e seminários descentralizados, nos estados e regiões.

Os cursos propostos, que na versão completa terão 21 dias de duração, compreendem a formação mínima obrigatória para os dirigentes da AE. Os cursos previstos para 2006 e 2007 abrangerão o seguinte conteúdo:

- a) Capitalismo: história e ideologia
- b) Socialismo: história e ideologia
- c) Teorias do socialismo, com ênfase no marxismo
- d) Tentativas de construção do socialismo
- e) Estratégia socialista: teorias e estudos de caso
- f) História e estratégia da luta pelo socialismo no Brasil
- g) História, programa e estratégias do Partido dos Trabalhadores
- h) Análise crítica da participação em eleições e governos
- i) Conjuntura nacional e internacional: método de análise

A Escola de Quadros será responsável, ainda, por organizar ou apoiar a organização de seminários sobre temas específicos ou gerais, tais como: parlamentares e executivos, movimento secundarista, balanço setorial do governo federal, juventude, movimento sindical, capitalismo e meio ambiente.

O principal objetivo da Escola de Quadros, nestes dois primeiros anos, será formar um coletivo de professores, que possa desenvolver as atividades nos estados, de maneira descentralizada e sob a orientação das direções estaduais, municipais e setoriais.

A atividade da Escola de Quadros deve ser permanente, com uma programação mensal. O início das atividades será em julho de 2006, quando se realizará o curso inaugural da Escola de Quadros, com o objetivo de formar cinquenta companheiros e companheiras de todo o país.

As atribuições políticas e organizativas referentes à Escola de Quadros e ao conjunto do trabalho de formação da tendência serão de responsabilidade do secretário nacional de formação política eleito na 8ª Conferência Nacional da AE.

O Jornal Página 13

A AE difunde ou pode difundir suas orientações através de vários mecanismos, entre os quais: o jornal Página 13; as publicações da Associação de Estudos Página 13; a página eletrônica e a

agência de notícias; os boletins informativos; a publicação periódica de artigos e entrevistas nos meios de comunicação, por parte de nossos dirigentes.

O jornal Página 13 foi criado em 1998. A primeira edição trouxe um balanço das eleições daquele ano. Ao longo de 7 anos e alguns meses, publicamos 47 edições, ou seja, em média, o jornal teve uma periodicidade bimestral.

O objetivo do jornal é informar o ponto de vista da tendência para dois públicos: os militantes da AE – que devem ser estimulados a ler e debater seu conteúdo, para que o jornal sirva como instrumento de orientação política da tendência em nível nacional - e os militantes de esquerda que influenciemos politicamente, no Partido, no parlamento, nos governos e nos movimentos sociais. Portanto, um público que chega a pelo menos 40 mil pessoas.

Para atingir este público, o Página 13 precisa dispor de meios financeiros, editoriais e de distribuição.

Quanto aos meios financeiros, a Oitava Conferência Nacional da AE debateu as projeções de tiragens e custos, bem como a proposta de uma estrutura administrativa para viabilizar as assinaturas e os recursos financeiros necessários.

Quanto aos meios editoriais, o jornal deverá dispor de um projeto editorial e gráfico compatível com os objetivos descritos, além de pelo menos um editor profissionalizado, uma equipe de redação voluntária, um conselho editorial político e correspondentes fixos nas diversas frentes de atuação da tendência.

Quanto à distribuição do jornal, esta deve ser feita por dois canais diferentes: a) via correio, para os assinantes; b) através da distribuição direta feita pelos dirigentes da tendência.

É preciso criar uma cultura de distribuição do jornal em eventos do Partido e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, é necessário que nossos dirigentes percebam a importância de utilizar, no seu cotidiano, o jornal como mecanismo de debate político e também de “recrutamento” de novos militantes para a tendência.

A Associação de Estudos Página 13

O jornal Página 13 é uma publicação da Associação de Estudos Página 13, que deve ter existência legal e cumprir, entre outras, as funções de editora.

A Oitava Conferência Nacional autoriza a Direção Nacional a dar prosseguimento à criação da Associação de Estudos Página 13.

Ao longo do ano de 2006, a AE deve publicar, além do jornal Página 13 e de eventuais boletins informativos:

- a) um livreto comemorativo dos 13 anos de fundação da Articulação de Esquerda, contendo as resoluções da Oitava Conferência Nacional, juntamente com uma apresentação da tendência e de nossa política;
- b) as resoluções da Sétima e da Oitava conferências nacionais, bem como o regimento interno da tendência;
- c) uma agenda para 2007, dedicada aos 90 anos da Revolução Russa;
- d) um cartão de final de ano.

A página eletrônica e a agência de notícias

A experiência do PED mostrou o potencial da internet, como meio de comunicação interno e externo à tendência.

A página eletrônica utilizada na campanha do PED foi reformulada, para ser transformada em página eletrônica da tendência (www.pagina13.com.br).

Através desta página eletrônica, serão divulgadas as informações públicas de interesse da tendência, com base num projeto editorial e gráfico a ser debatido e aprovado pela Direção Nacional da AE.

Um dos objetivos da página eletrônica é produzir e oferecer, aos meios de comunicação, artigos opinativos e informativos de dirigentes da tendência. Neste sentido, a página eletrônica também será uma modesta agência de notícias e funcionará como uma espécie de assessoria de comunicação coletiva da tendência.

As atribuições políticas e organizativas referentes à função editorial da Associação de Estudos Página 13, ao jornal e à página eletrônica ficarão sob a responsabilidade da secretária nacional de comunicação eleita na Oitava Conferência Nacional da AE. A Direção Nacional deverá contratar os profissionais encarregados pela edição e pelas outras tarefas indicadas. A tendência deverá ainda constituir um coletivo de comunicação, sob a coordenação da secretária nacional, com vistas a organizar a política de comunicação da tendência em nível nacional e regional.

As instâncias e o funcionamento da tendência

Nesses treze anos de existência da Articulação de Esquerda, travamos uma batalha permanente para que as instâncias da tendência não tivessem o mesmo destino de tantas instâncias partidárias e terminassem engolidas por outros centros de poder: os parlamentares, os governantes, os dirigentes de movimentos sociais, as figuras públicas.

Com altos e baixos, conseguimos garantir que a tendência tivesse seu funcionamento centralizado pelas suas próprias instâncias. Por óbvio, esta é uma batalha política e ideológica, em que nossas chances de êxito podem ser maiores ou menores, a depender da qualidade de nossa vida interna: nível de formação político-ideológica de nossos militantes, política de recrutamento, constância do debate interno, funcionamento adequado das instâncias dirigentes, respeito à democracia interna.

Sobre o nível de formação político-ideológica de nossos militantes, consideramos fundamental que todos os integrantes da AE conheçam e dominem os fundamentos ideológicos e teóricos do petismo, do socialismo e do marxismo. Não somos e não pretendemos ser, entretanto, uma tendência composta por afinidade doutrinária. Somos e queremos continuar sendo uma tendência composta por afinidade política, ou seja, por pessoas que concordam com as resoluções políticas aprovadas por nossas conferências, mesmo que não obrigatoriamente concordem com as premissas teóricas e ideológicas que fundamentam tais resoluções.

Sobre nossa política de recrutamento, consideramos fundamental que nossa tendência seja composta por uma maioria de militantes que não estejam profissionalizados na atividade política; e por uma maioria de militantes que estejam vinculados à produção (trabalhadores). Não nos move, neste sentido, nenhum tipo de preconceito contra os profissionalizados, nem tampouco nenhuma concepção “obreirista”. Mas consideramos que a composição social tem um peso importante nos

rumos de uma corrente política, qualquer que seja. Devemos, pois, evitar a burocratização auto-centrada, bem como o descolamento esquerdista. É importante, nesta mesma direção, estimular a juventude da tendência a completar sua formação e iniciar uma vida profissional.

Sendo a AE uma tendência interna do PT, consideramos fundamental que nossa militância tenha uma vida partidária orgânica. Orientamos, deste modo, nossos militantes a participar ativamente dos organismos do Partido dos Trabalhadores (núcleos, diretórios, setoriais etc).

Sobre a constância do debate interno, consideramos fundamental garantir a realização, a representatividade e a qualidade de nossas conferências e plenárias. Embora nosso estatuto preveja conferências bianuais, achamos positivo manter a realização de conferências anuais (com a Oitava Conferência em março de 2006 e a Nona Conferência em março de 2007); bem como realizar conferências setoriais e plenárias nacionais sempre que necessário, garantindo a qualidade do debate e das resoluções. O que se consegue não apenas produzindo bons textos-base, mas principalmente mantendo o funcionamento regular das instâncias entre uma e outra Conferência.

Por isso é também fundamental a existência e o funcionamento regular de nossas instâncias. Atualmente, nosso regimento estabelece o seguinte organograma: Conferências e plenárias deliberativas; conselhos políticos, direções, secretariados, comissões políticas; coordenações setoriais; núcleos de base.

A partir de uma análise do funcionamento destas instâncias, estamos introduzindo as seguintes alterações:

- a) ampliar o número de membros da Direção Nacional (de 17 até no máximo 23);
- b) indicar, dentre os membros da Direção Nacional, pessoas encarregadas pelas seguintes tarefas: tesouraria, formação política, comunicação, coordenação da frente de massas, coordenação da frente institucional. Essas pessoas comporão o Secretariado da tendência.;
- c) extinguir o Conselho Político;
- d) estabelecer que as coordenações setoriais devem ser acompanhadas pelo membro do Secretariado responsável pela coordenação da frente de massas, que continuaria existindo e se reunindo regularmente;
- e) estabelecer que o acompanhamento da ação dos nossos militantes nas bancadas parlamentares e governos (três níveis) deve ser feito pelo coordenador da frente institucional.

Este organograma deve ser adotado pelas direções estaduais e municipais, sem prejuízo de eventuais adaptações, que devem no entanto ser comunicadas à Direção Nacional da AE.

A nova Direção Nacional introduzirá as alterações acima descritas no regimento interno da tendência.

O funcionamento regular das direções é a condição prévia para um bom relacionamento entre a tendência e nossos militantes em postos de direção no Partido, nos movimentos sociais, no parlamento e nos governos. Uma preliminar para exigirmos o cumprimento das resoluções democraticamente adotadas.

Nossa atuação no Partido e nos movimentos sociais

A Oitava Conferência Nacional foi informada e debateu a proposta de plano de trabalho de nossos companheiros que integram a direção nacional do PT, em particular os secretários de formação política, de relações internacionais e de juventude.

A Oitava Conferência Nacional foi informada e debateu, também, a proposta de plano de trabalho das principais direções estaduais e municipais em que conquistamos influência importante no PED 2005.

A Oitava Conferência Nacional recebeu, ainda, balanços setoriais da atuação do governo federal realizados por militantes da tendência que atuam nas diversas áreas: política agrária, direitos humanos, políticas para mulheres, direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT), educação, comunicação, energia, pesca, meio ambiente.

A Oitava Conferência Nacional recebeu também informes sobre nossa atuação no movimento sindical e estudantil, e debateu nossa organização em outros setores sociais.

A Conferência apontou a importância de que os militantes da tendência que atuam na luta contra a discriminação racial organizem-se com o objetivo de fundar o setorial nacional de combate ao racismo da AE, seguindo para tanto as orientações que constam no regimento interno da tendência.

A Conferência aprovou, ainda, a realização de uma reunião entre os militantes da AE que atuam no setorial de meio ambiente, às vésperas do 13o Encontro Nacional do PT, para discutir nossa intervenção no debate sobre o tema, com vistas à elaboração de propostas para o programa nacional de governo. Nessa reunião, serão ainda discutidos os encaminhamentos necessários para a constituição do setorial nacional de meio ambiente da AE, conforme as orientações previstas no regimento interno da tendência.

Com relação ao setorial de mulheres da AE, é importante registrar que a tendência têm debatido sua organização desde 2001. Desde então, realizaram-se reuniões, plenárias, encontros e a Iª Conferência Nacional das Mulheres da AE, que oficializou o setorial nacional de mulheres. Apesar do avanço de nossa organização e formulação política, materializado em duas atividades nacionais de formação política e em nossa participação ativa na disputa em todos os níveis do setorial de mulheres do PT, inclusive com a candidatura de Luci Choinacki para a secretaria nacional, ainda temos muito a fazer para aprimorar nossas ações.

O próximo período aponta desafios que exigirão das mulheres da AE o aprimoramento da organização e formulação política, seja para influenciar os debates nas instâncias do PT e resgatar a ação feminista no Partido, seja para incidir na elaboração dos programas de governo, ou ainda para pautar nossa atuação nos movimentos sociais. Para melhor organizar nossa ação no próximo período, as mulheres da AE realizarão uma reunião, às vésperas do 13º Encontro Nacional do PT, em abril de 2006.

Ainda no que se refere aos movimentos sociais, a Oitava Conferência Nacional reiterou que a escolha dos candidatos da Articulação de Esquerda para a disputa de cargos nas instâncias nacionais (CUT, UNE, UBES etc) deverá ser feita pelas respectivas conferências ou coordenações setoriais, podendo a indicação ser avocada pela Direção Nacional da tendência.

No que se refere à participação da AE no processo eleitoral de 2006, a Oitava Conferência apontou a necessidade de que a Direção Nacional eleita:

a) Debata a participação da AE no GTE e na coordenação da campanha para a reeleição do presidente Lula;

- b) Dê uma especial atenção para os estados em que a tendência possui candidaturas para os cargos majoritários;
- c) Oriente a tendência a buscar ter candidaturas proporcionais próprias em todos os estados em que a AE está organizada.
- d) Diante da disputa ideológica e de projeto que marcará o processo eleitoral deste ano, a Oitava Conferência Nacional da AE reafirmou sua posição em defesa do lançamento de candidaturas próprias do PT em todos os estados, sobretudo naqueles dirigidos pela tendência, como ES, SC e BA.

Plano de trabalho da direção nacional

A Oitava Conferência elegeu a seguinte direção nacional*:

Adriano Oliveira (RS)
Angélica Fernandes (SP)
César Medeiros (MG)
Flávio Loureiro (RJ)
Iole Ilíada (SP)
Irieny Lopes (ES)
Ivan Alex (BA)
Jairo Rocha (MT)
Jonas Valente (DF)
José Paludo (SC)
Julian Rodrigues (SP)
Lício Lobo (SP)
Marcel Frison (RS)
Marlene da Rocha (SC)
Maurício Piccin (Vice-presidente da UNE)
Rubens Alves (MS)
Marcelo Mascarenha (PI)
Múcio Magalhães (PE)
Rafael Pops (secretário nacional de Juventude do PT)
Rosana Ramos (SP)
Socorro Silva (AP)
Valter Pomar (SP)

*Também fará parte da direção nacional o companheiro ou companheira que vier a ser indicado pela AE para compor a executiva nacional da CUT

Dentre os 23 integrantes da direção nacional, a Oitava Conferência indica os seguintes membros responsáveis por tarefas específicas, que comporão o Secretariado:

Angélica Fernandes – tesouraria
Iole Ilíada – coordenação da frente de massas
Marlene da Rocha – coordenação da frente institucional
Rosana Ramos – secretaria de comunicação
Valter Pomar – secretaria de formação política

O conjunto da direção nacional eleita pela Oitava Conferência é responsável por implementar o

plano de trabalho aprovado pela Oitava Conferência nacional. Este plano é composto por três partes: tarefas políticas gerais, tarefas organizativas gerais e tarefas das secretarias.

Tarefas políticas gerais

São tarefas políticas da Direção Nacional eleita na Oitava Conferência:

- a) Dirigir nossa atuação nos movimentos sociais;
- b) Dirigir nossa atuação nos governos;
- c) Dirigir nossa atuação nos parlamentos;
- d) Dirigir nossa atuação no processo eleitoral de 2006;
- e) Dirigir a participação da tendência na eventual composição dos governos eleitos em 2006;
- f) Organizar um processo de balanço do governo Lula 2003-2006. Este balanço deverá ser apresentado na Nona Conferência Nacional da AE.

Tarefas organizativas gerais

São tarefas organizativas da Direção Nacional eleita na Oitava Conferência:

- a) Enviar, para todos os assinantes militantes do Página 13, a Carteira do Militante Assinante;
- b) Republicar o regimento interno da tendência, com as mudanças aprovadas pela Oitava Conferência;
- c) Realizar reuniões com todas as direções estaduais da AE, para apresentar as deliberações da Oitava Conferência Nacional. Realizar atividades onde a AE não está organizada, para apresentar as resoluções à base do Partido;
- d) Constituir direções estaduais da tendência nos estados do Acre, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão;
- e) Constituir a pessoa jurídica Associação de Estudos Página 13, inclusive com funções de editora;
- f) Realizar, nos dias 23, 24 e 25 de março de 2007, a 9ª Conferência Nacional da Articulação de Esquerda. Tendo em vista o processo de debate que deverá anteceder o III Congresso Nacional do PT, a 9ª CNAE será composta por delegados eleitos na proporção de 1 (um) delegado nacional para cada 3 (três) delegados estaduais e 1 (um) delegado estadual para cada 3 (três) militantes presentes nas conferências de base.

Tarefas da secretaria de formação política

São tarefas da secretaria nacional de formação política da Articulação de Esquerda:

- a) Coordenar politicamente a Escola Nacional de Quadros;
- b) Organizar, de 24 a 28 de julho de 2006, o curso inaugural da Escola de Quadros, com o objetivo de formar 50 dirigentes da tendência em todo o país. Para este curso, cada direção estadual deverá indicar de uma a três pessoas, cabendo à DNAE completar a nominata de integrantes da turma.
- c) Organizar o coletivo da Escola de Quadros, a quem competirá submeter à Direção uma proposta de programação mensal de atividades, a se iniciar em julho de 2006, quando será realizado o curso inaugural da Escola de Quadros.

Tarefas da secretaria de comunicação

São tarefas da secretaria nacional de comunicação da Articulação de Esquerda:

- a) Publicar o livreto comemorativo dos 13 anos de fundação da Articulação de Esquerda, contendo as resoluções da Oitava Conferência Nacional, juntamente com uma apresentação da tendência e de nossa política. O texto de apresentação deve estar em três línguas: português, espanhol e inglês. A versão eletrônica desta publicação, a ser divulgada em www.pagina13.com.br, deve também ser traduzida para o inglês e para o espanhol, e ainda disponibilizada em linguagem Braille, através de sistemas como o DOS-VOX e o Virtual Vision;
- b) Publicar as resoluções da Sétima Conferência Nacional e o regimento interno da tendência. Essas publicações serão vendidas para as direções regionais, a preço de custo; as direções regionais devem vendê-las ao preço que julgarem conveniente.
- c) Produzir a edição mensal do jornal Página 13. Compete à direção nacional enviar estas edições para os assinantes, pelo correio. As direções estaduais receberão cotas de jornais, para distribuição e/ou venda militante. As cotas de jornais enviadas para as direções regionais serão pagas pelas direções regionais, a preço de custo mais a expedição pelo correio.
- d) Fazer funcionar a página eletrônica da tendência (www.pagina13.com.br);
- e) Produzir uma agenda para 2007, dedicada aos 90 anos da Revolução Russa;
- f) Produzir um cartão de final de ano

Tarefas da coordenação da frente de massas

São tarefas da coordenação nacional da frente de massas da Articulação de Esquerda:

- a) Convocar uma conferência nacional da frente de massas da AE;
- b) Coordenar nossa atuação na juventude;
- c) Coordenar nossa atuação no sindical;
- d) Coordenar nossa atuação no movimento de mulheres;
- e) Coordenar nossa atuação nos movimentos populares (moradia, combate ao racismo, pessoas com deficiência etc);
- f) Acompanhar as reuniões da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais);
- g) Acompanhar e coordenar a política da AE para o 11º CONEB da UNE;
- h) Acompanhar e coordenar a política da AE para o 9º CONCURT;
- i) Constituir nosso trabalho noutras frentes de massa;
- f) Convocar um seminário específico para discutir juventude;
- g) Convocar um seminário específico para discutir movimento secundarista.

Tarefas da coordenação da frente institucional

São tarefas da coordenação nacional da frente institucional da Articulação de Esquerda:

- a) Convocar uma conferência nacional da frente institucional, reunindo parlamentares e executivos;
- b) Coordenar um processo de balanço setorial do governo federal, bem como de outros governos em que atuamos, inclusive do processo de indicação de militantes nossos para cargos governamentais;
- c) Coordenar a participação da AE nas eleições, orientando a tendência a lançar e buscar eleger o

máximo possível de deputados do PT, da esquerda do PT e da AE;

d) Coordenar a discussão sobre a participação da tendência na eventual composição dos governos eleitos em 2006.

Tarefas da Tesouraria

É tarefa da tesouraria nacional da Articulação de Esquerda implementar o orçamento aprovado pela Oitava Conferência Nacional.

As receitas necessárias para executar este orçamento serão obtidas da seguinte maneira:

- a) contribuição individual dos militantes;
- b) um percentual da arrecadação das direções estaduais da AE;
- c) venda de materiais; e
- d) campanhas especiais de finanças.

A contribuição individual obrigatória dos militantes da tendência para a AE nacional será feita através da aquisição de 1 (uma) assinatura militante anual do jornal Página 13, nos seguintes termos:

- a) O valor da assinatura militante anual do Página 13 será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais);
- b) Os militantes desempregados ou sem fonte de renda podem solicitar a colaboração das instâncias da tendência para adquirir sua assinatura do Página 13;

Os militantes da tendência que fizerem a assinatura anual do Página 13 receberão a Carteira do Assinante Militante. Só terá direito a votar e ser votado nas instâncias da AE o militante que possua esta Carteira, cuja validade será anual. Caso o militante tenha feito a assinatura mas ainda não tenha recebido a Carteira, será aceita para os devidos fins a apresentação do protocolo da assinatura;

d) Os militantes que não cumprirem as respectivas políticas estaduais de finanças não poderão votar e ser votados nas instâncias da AE, mesmo que possuam a Carteira do Assinante Militante.

As seções estaduais e municipais da AE têm autonomia para estabelecer sua política de finanças, observando a progressividade, a cobrança de valores diferenciados para quem ocupa cargos eletivos ou de confiança e a necessidade de criar uma cultura permanente de contribuição financeira militante. Para tanto, é fundamental que as respectivas direções indiquem, dentre seus integrantes, um responsável pelas finanças.

A direção nacional receberá 25% (vinte e cinco por cento) do valor arrecadado mensalmente pelos estados.

Conjuntura e tática

O 13º Encontro Nacional do PT se realizará em abril de 2006, tendo como objetivo fundamental debater o programa, a tática, a política de alianças e a candidatura com que disputaremos a eleição presidencial do próximo ano. Por volta deste mesmo período, as seções estaduais do Partido devem definir sua tática estadual, bem como a chapa majoritária e proporcional com que disputaremos as eleições para Governo, Senado, Câmara dos deputados e Assembleias legislativas.

A discussão sobre a tática, a política de alianças e a candidatura com que disputaremos a eleição presidencial de 2006 deve tomar, como ponto de partida, uma análise da conjuntura.

A conjuntura internacional

De um ponto de vista global, estamos numa conjuntura marcada por um impasse: de um lado, os EUA enfrentam dificuldades crescentes para manter sua hegemonia; por outro lado, o crescimento das forças que se opõem ao neoliberalismo não resultou, até agora pelo menos, na construção de uma hegemonia internacional e de um modelo econômico-social alternativos.

Daí a importância do que ocorre, hoje, na América Latina. O desafio das forças progressistas, democráticas, populares e socialistas de nosso continente é ampliar sua força e cooperação política, social e institucional, utilizando a presença no governo para construir um modelo alternativo, que nos liberte da ditadura do capital financeiro e das ameaças políticas e militares dos Estados Unidos.

Este desafio estará sendo enfrentado em vários terrenos: nos acordos bilaterais com os Estados Unidos versus as diversas propostas de integração continental; no desempenho dos governos de esquerda e progressistas, tanto no plano externo quanto interno; nas eleições que vão ocorrer em vários países latino-americanos; na mobilização social; na elaboração de uma política de segurança para a região, que impeça a militarização dos conflitos, bem como a instalação de bases militares dos EUA; no apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano; e também na evolução da situação interna aos Estados Unidos, onde um governo dirigido pelo fundamentalismo político e religioso vem enfrentando crescente resistência democrática e inclusive popular.

Este quadro explica porque, para o PT, o internacionalismo não deriva apenas de uma doutrina, mas principalmente da observação prática de que os grandes problemas que enfrentamos, bem como as soluções que propomos para eles, têm uma clara implicação internacional.

Se isto já era verdade quando o PT foi criado, em 1980, tornou-se ainda mais verdadeiro nos dias de hoje. O que impõe ao nosso Partido um duplo movimento. Por um lado, aprofundar seu conhecimento e sua análise teórica acerca do capitalismo moderno, tanto no sentido econômico quanto político-social. Por outro lado, aprofundar a prática internacionalista do Partido, nos vários sentidos desta palavra: a solidariedade, as relações com organizações comprometidas com o socialismo e com outra ordem internacional, a mobilização interna e externa em torno de temas de nosso interesse, a ação parlamentar e de governos no plano internacional.

Economicamente, a ordem internacional sustenta-se em bases extremamente instáveis. As baixas taxas de crescimento na Europa e os enormes déficits dos Estados Unidos contrastam e dependem do dinamismo de economias como a chinesa. O instável equilíbrio que resulta daí pode ser rompido a qualquer instante, o que cria um ambiente de permanente tensão, marcado pela “fuga para a frente”.

Politicamente, as forças que sustentam a atual ordem internacional não estão conseguindo assumir um papel dirigente. Noutras palavras: embora sigam dominantes, o projeto de mundo que elas defendem não consegue entusiasmar, envolver, ganhar, hegemônizar amplos setores da população mundial. Numa frase: os ricos não têm um projeto de futuro a oferecer aos pobres do mundo.

Este é o pano de fundo das dificuldades enfrentadas pelos partidos e organizações que defendem o projeto neoliberal. Essas dificuldades não são maiores, apenas porque nos últimos anos milhões de pessoas deixaram de participar dos processos eleitorais, das organizações sociais e partidárias, como resultado direto da “política de despolitização” do neoliberalismo.

Isto faz com que parte do profundo mal-estar e insatisfação sejam canalizadas através de outras formas, por exemplo: a explosão social ocorrida nos subúrbios franceses; o ódio militante de massas que existe, contra os EUA, em muitos países do mundo. Fenômenos espetaculares, mas com baixa capacidade contra-hegemônica. Neste sentido, a vitória que os franceses impuseram ao governo conservador, recentemente, é um avanço importante que deve ser detidamente analisado.

Militarmente, os Estados Unidos mantêm a supremacia, mas esta supremacia, mesmo do ponto de vista dos próprios EUA, vem se demonstrando absolutamente ineficaz e insuficiente para lidar com os vários focos de conflito existentes no mundo. A ocupação no Iraque absorve grande parte das energias militares norte-americanas, tornando cada vez mais difícil, para os Estados Unidos, manter uma ação unilateral e os planos militares de “combater em várias frentes”.

A política externa do governo norte-americano oscila entre o unilateralismo sem limites e a tentativa de recompor um sistema de alianças. O unilateralismo acaba por reduzir a própria capacidade dos Estados Unidos, de funcionar como potência hegemônica global. Já a tentativa de recompor um sistema de alianças esbarra nas profundas contradições entre os grandes países capitalistas, bem como na incapacidade dos EUA de oferecerem, aos países da periferia do capitalismo, uma alternativa estrutural à brutal crise social que os atinge.

A democratização do processo de tomada de decisões das instituições internacionais vem sendo contida pelos interesses e pela existência de grandes potências, nos marcos de uma profunda assimetria internacional.

Os impasses cada vez mais evidentes da atual hegemonia capitalista não resultaram, entretanto, até agora, em sua superação. Apesar das enormes contradições, o mundo segue dominado pela hegemonia do capital financeiro, pelo imperialismo norte-americano e pela ideologia neoliberal.

Neste quadro, o objetivo central de um partido como o PT é trabalhar pela superação do neoliberalismo, em todas as suas dimensões. Enquanto partido socialista, o PT almeja que esta superação se dê num sentido anti-capitalista. Mas a luta contra o neoliberalismo assume múltiplas formas, que correspondem ao menos em parte à correlação de forças existente em cada país e região do mundo.

A existência e as ações desenvolvidas pelos governos da Argentina, Brasil, Cuba, Venezuela, Uruguai e agora Bolívia, bem como a força que a esquerda socialista e/ou setores progressistas anti-neoliberais demonstram ter em países como Chile, Peru, El Salvador, México e Nicarágua, mostram que existe massa crítica para impor uma derrota de conjunto ao neoliberalismo em nosso continente.

Um exemplo desta possibilidade é o que ocorreu em Mar del Plata (Argentina), em novembro de 2005, quando a cooperação entre os governos Kirchner, Lula, Chavez e Tabaré, combinada à mobilização social, impôs uma derrota aos Estados Unidos e ao projeto da ALCA.

A força institucional-eleitoral da esquerda, somada ao ambiente de mobilização social existente no continente, em contraposição à postura imperialista do governo norte-americano, indicam que o próximo período será de aguçamento dos conflitos.

O PT enfatiza fortemente sua atuação na América Latina, sem que isso impeça nossa presença ativa no continente africano, europeu e asiático, bem como nossa participação ativa junto ao Fórum Social Mundial. Mas no caso da América Latina, está ao nosso alcance, especialmente por estarmos no governo do Brasil, implementar um plano de integração econômica, política e cultural que torne possível não apenas a resistência, mas também a superação da dominação imperialista sobre nossa América.

Neste sentido, enfatizamos as seguintes iniciativas: o Foro de São Paulo, o Mercosul, a Comunidade Sul-americana das Nações, o debate sobre a constituição da Alba (Alternativa Bolivariana para a América) e a análise da proposta dos Tratados de Comércio entre os Povos. E chamamos a atenção para as mobilizações sociais e para os processos eleitorais que vem ocorrendo na América Latina, desde o final de 2005 até 2007.

Estes processos eleitorais tiveram início já em 2005, com a eleição de Michele Bachelet e de Evo Morales. Bachelet possui uma sensibilidade política e social à esquerda do atual presidente Lagos, o que pode ajudar numa alteração progressista da política dirigida pelo governo da Coalizão, que hoje privilegia os laços com o governo norte-americano e a conciliação com a elite chilena.

Naturalmente, uma alteração daquela política depende principalmente da ampliação da força política e social da esquerda chilena, tanto fora quanto dentro da atual coalizão de governo (composta pela Democracia Cristã e pelo Partido Socialista), motivo pelo qual devemos reforçar os laços com o Partido Comunista do Chile e com outras organizações da esquerda político-social daquele país.

A posse do governo Evo Morales introduz a Bolívia numa dinâmica política de novo tipo, que o PT deve acompanhar e apoiar de perto, confirmando que há uma dinâmica à esquerda no Continente. Esta dinâmica afeta também o Peru, onde o enfraquecimento da esquerda abriu espaço para o surgimento da candidatura presidencial de Ollanta Humala, sobre cujas reais posições ainda pesam muitas dúvidas.

Também no caso do Haiti, onde venceu René Preval, as eleições presidenciais revelam a preferência popular por forças de centro e esquerda. Os acontecimentos naquele país nos mantêm convictos de que foi um erro enviar tropas brasileiras para o Haiti. Em primeiro lugar, porque a solução dos problemas do Haiti país não é militar, dependendo de aportes financeiros, humanos e materiais que alterem a situação social e econômica do país. Em segundo lugar, porque nos termos do direito internacional, uma intervenção militar só se justifica em três circunstâncias: guerra, solicitação do governo legítimo e beligerância civil entre partes que convidam um mediador externo. No caso do Haiti, não se verificou nenhuma destas circunstâncias, carecendo de legalidade, portanto, a presença dos capacetes azuis da ONU naquele país. Em terceiro lugar, porque não podemos reforçar, coonestar ou abrir precedentes para o princípio da "soberania limitada", que serve de base para muitas ações imperialistas dos EUA. O argumento segundo o qual a alternativa a Minustah seria a presença de tropas norte-americanas é, na melhor das hipóteses, a tentativa de construir uma "teoria" com base no princípio do "mal menor". Em quarto lugar, porque não foram atingidos os objetivos estratégicos vinculados ao envio das tropas brasileiras, quais sejam, a presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU e estabilização político-social do Haiti. A esse respeito, é importante registrar que a presença brasileira, no comando da Minustah (sigla francesa que designa a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), não evitou os seguidos adiamentos no processo eleitoral, nem tampouco uma tentativa de fraude contra a candidatura Preval. O que impediu a fraude no Haiti e garantiu a vitória de Preval foi uma intensa mobilização popular, que colocou o país a beira de uma guerra civil. Foi frente a este quadro que o governo brasileiro contribuiu para o reconhecimento da vitória de Preval. De toda forma, rejeitamos a análise que equipara a presença de tropas brasileiras no Haiti com a presença das tropas de ocupação dos EUA no Iraque.

Em função do que foi exposto no item anterior, e também porque agora temos um presidente eleito naquele país, em respeito ao princípio da soberania nacional, defendemos que a Minustah se retire do Haiti, em comum acordo com o governo eleito. A saída da Minustah e, por conseguinte, das

tropas brasileiras, deve se dar no bojo de uma orientação da ação diplomática do Itamaraty e do governo brasileiro que intensifique, nos organismos multilaterais, a cobrança pelo aporte dos recursos financeiros e humanos necessários à reconstrução do Haiti. O Brasil deve se dispor desde já a efetivar este apoio, seja participando de campanhas humanitárias, seja enviando recursos materiais e humanos nas áreas de educação, saúde e apoio à reconstrução da infra-estrutura do país a pedido do governo haitiano.

No caso de El Salvador (eleições em março) e da Nicarágua (eleições em novembro), é importante prestar apoio decidido à Frente Farabundo Marti e à Frente Sandinista. Esta última tem condições de eleger Daniel Ortega para a presidência do país e vem sofrendo, como também os salvadorenhos, uma brutal oposição pública do governo norte-americano.

No caso da Colômbia, com eleições marcadas para maio, ao mesmo tempo em que prossegue a confrontação armada (entre o governo, o narcotráfico, os paramilitares e diversas organizações guerrilheiras, entre as quais as FARC e o ELN), cresce a resistência política e social civil, que deve se manifestar nas eleições através da candidatura do Pólo Democrático, contra a candidatura do atual presidente Álvaro Uribe.

Outro país com eleição prevista para 2006 (junho) é o México, onde há três candidaturas disputando com chances a presidência do país: uma do PAN, outra do PRI e outra do PRD, esta última apoiada pelo Partido do Trabalho do México (ambos, PRD e PT, integram o Foro de São Paulo).

O ano de 2006 se concluirá, eleitoralmente, com a eleição no Brasil e na Venezuela (dezembro). Neste último caso, cabe manter vigilância sobre a tática da direita naquele país, em associação com os Estados Unidos, que parece ser a de abandonar a luta eleitoral-institucional. Em 2007, finalmente, o ciclo eleitoral será concluído na Argentina.

A conjuntura nacional

É nos marcos desta conjuntura internacional que devemos analisar a conjuntura brasileira, em particular a ação do governo Lula e da oposição conservadora.

Cabe, em primeiro lugar, evitar o equívoco muito comum de reduzir a conjuntura brasileira às ações do governo Lula. É preciso incluir na análise o conjunto das forças políticas, sociais e econômicas em ação, no âmbito nacional, estadual e municipal, desde a eleição presidencial até o momento.

Sem dúvida, entretanto, devemos dar atenção especial para a tentativa impulsionada pelas forças neoliberais, que administraram o país de 1990 até 2002 e agora pretendem recuperar o governo federal.

Barrar este movimento, reeleger Lula e realizar a transição do modelo econômico e social são os principais objetivos das forças democráticas e populares.

Logo após a vitória de Lula, nas eleições de outubro de 2002, até meados de 2003, havia quem dissesse que o PSDB e o PFL estavam perplexos e sem condições de fazer oposição. A verdade era outra. Olhando retrospectivamente, podemos dizer que a contra-ofensiva das forças neoliberais atravessou três momentos principais:

a) da vitória de Lula nas eleições de 2002 até a eclosão do caso Waldomiro Diniz: inclui as primeiras decisões de governo, antes mesmo da posse; a posse; a composição do ministério; a implantação do novo governo e das primeiras políticas; a deflagração da reforma da previdência; os

conflitos entre parte da bancada do PT e o governo; a expulsão dos parlamentares petistas que votaram contra a reforma da previdência; e a disputa acerca dos rumos da economia e do governo.

b) da eclosão do caso Waldomiro Diniz até as denúncias do deputado Roberto Jefferson: é o período caracterizado pela progressiva perda de iniciativa do governo e pela ampliação da hegemonia, no interior do governo, das posições da chamada área econômica. O governo e o PT se concentram na disputa das eleições de 2004, que terminam com uma vitória das oposições, que conquistam São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia e Belém, entre outras. Em seguida, o governo é derrotado na eleição do presidente da Câmara dos Deputados: Luís Eduardo Greenhalgh (PT) perde para Severino Cavalcanti (PP), o que tira do governo o controle da pauta do Congresso Nacional.

c) das denúncias do deputado Federal Roberto Jefferson até a eleição da nova direção do PT e de Aldo Rebelo para a presidência da Câmara dos Deputados: é o período marcado pela ofensiva articulada entre setores da mídia e partidos políticos de direita (PSDB e PFL), que se aproveitam de erros cometidos por alguns dirigentes do PT para tentar desmoralizar o Partido dos Trabalhadores, associando-o à corrupção e ao crime organizado; bem como com o propósito de reconquistar a presidência da República. O PT é colocado diante da ameaça concreta de cassação da legenda partidária; e o governo, diante da ameaça de impeachment.

Apesar da violência da contra-ofensiva neoliberal, ela não foi capaz de destruir o PT, nem de afastar o presidente. Há dois motivos principais que explicam isso: o apoio de Lula nas camadas populares e o enraizamento social do Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, se compararmos a situação existente em janeiro de 2003 com aquela de janeiro de 2006, veremos que o Partido dos Trabalhadores, o conjunto da esquerda política e social brasileira, bem como o governo, perderam parte do espaço e da influência política que haviam conquistado, enquanto as forças de direita recuperaram terreno e iniciativa política.

Isto deveu-se, em parte, a dificuldades objetivas enfrentadas por nosso governo (a herança maldita, a correlação de forças, a desestruturação do aparelho de Estado). Deveu-se, ainda, aos acertos táticos da oposição neoliberal. Mas o avanço da direita deveu-se, também, a opções políticas equivocadas feitas pelo nosso Partido e por nosso governo. A seguir, trataremos daquelas que têm maior importância na discussão de nossa tática eleitoral em 2006.

Opções e resultados

Um dos equívocos do nosso governo foi a decisão de não instalar nenhuma devassa contra o governo FHC e, de maneira geral, a opção por manter uma relação relativamente cordial com o PSDB.

Uma devassa muito provavelmente colocaria na defensiva política (e, eventualmente, na cadeia pública) os responsáveis pelos processos de privatização realizados nos anos 1990; pelo endividamento público ocorrido nessa mesma década; por empréstimos subsidiados às grandes empresas, inclusive aos meios de comunicação; pelo financiamento ilegal dos partidos conservadores etc.

A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério e dos diversos escalões do governo, o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação e os gestos lançados em direção ao PSDB não alteraram nem sua natureza, nem sua conduta. Para os que acreditavam nisso, a impossibilidade de

qualquer aliança estratégica com o PSDB se manifestou fulgurante tanto pela clara opção tucana pelo neoliberalismo e por uma agenda conservadora para o país quanto pela virulência de seu comportamento enquanto oposição (como demonstram as recentes declarações do ex-presidente FHC, segundo o qual a “ética do PT é o roubo”).

Outro equívoco, decorrente em parte da correlação de forças existente no Congresso Nacional e nos governos estaduais, foi a adoção de uma “governabilidade” principalmente congressional, combinada com a popularidade do presidente, mas deixando de lado a construção orgânica do apoio também junto à esquerda política e aos movimentos sociais.

Agindo assim, deixamos de potencializar um dos aspectos positivos do nosso governo, que é a postura, na maioria das situações, de respeito e diálogo com os movimentos sociais, em contraposição à acentuada criminalização que era promovida pelo governo dos tucanos.

A opção por construir uma governabilidade principalmente congressional foi agravada pela correlação de forças no Congresso Nacional, frente a qual tínhamos três possibilidades básicas: uma aliança com o PSDB; uma aliança com o PMDB; ou uma aliança baseada nos pequenos e médios partidos de centro-direita (PTB, PP, PL). Prevaleceu este último caminho, que para além dos efeitos colaterais no campo da “ética”, demonstrou ser capaz de construir uma maioria congressional instável, mas não uma hegemonia política.

Outro equívoco cometido pelo nosso Partido e por nosso governo foi permitir que o ministério da Fazenda fosse apresentado, especialmente por alguns meios de comunicação, e se tornasse de fato o principal porta-voz e âncora do governo, sobretudo até o final de 2005, contaminando o conjunto do governo com um discurso e uma prática que entrava em conflito com as expectativas das bases partidárias, eleitorais e sociais do campo democrático e popular.

A tarefa central de nosso governo era e segue sendo construir um Brasil pós-neoliberal. Esta não é uma tarefa específica da área econômica, até porque é na área macroeconômica que segue mais forte a hegemonia do capital financeiro. Por isto mesmo, não se poderia ter deixado o discurso do governo ficar prisioneiro dos limites do discurso do ministério da Fazenda ou do Banco Central.

Pagamos caro, durante a crise de 2005, por nossa timidez na criação de mecanismos democráticos de participação e controle popular sobre as grandes instituições nacionais. A democratização radical do aparelho de Estado é o melhor antídoto contra um conjunto de hábitos e práticas conservadoras e tradicionais, entre elas as práticas fisiológicas e corruptas vigentes nos governos anteriores.

A timidez do governo no quesito democratização não impediu que fôssemos acusados, pelos meios de comunicação, de totalitarismo e “loteamento do aparelho de Estado”.

Este foi, aliás, outro dos equívocos centrais cometidos por nós: a política de comunicação. Tal equívoco precisa ser analisado no terreno da democratização da comunicação, no terreno das ações de comunicação do governo (inclusive publicidade) e no terreno do discurso geral do governo e do Partido. O governo, a exemplo de sua orientação geral, operou uma política de conciliação com os grandes meios de comunicação, fortalecendo estes grupos em negociações que acumulavam para as posições político-ideológicas da direita, e não da esquerda. Exemplo disso tem sido, até o momento (primeiro trimestre de 2006), a postura do governo no debate sobre a implantação da TV Digital no Brasil, que pode acabar beneficiando o oligopólio midiático brasileiro em detrimento do desenvolvimento da tecnologia e indústria nacionais e do aumento do número de canais e promoção da diversidade cultural.

As eleições de 2004

As eleições municipais de 2004 realizaram-se num ambiente econômico favorável, mas num ambiente político extremamente complexo: pela primeira vez o PT concorreu a governos municipais, sendo governo no âmbito federal.

Este fato incidiu de três formas diferentes na campanha eleitoral: no debate político geral, na ação administrativa do governo federal e na política de alianças.

No que toca ao debate político geral, lembramos que até 2002, com maior ou menor ênfase, o PT estruturava suas campanhas na denúncia global do projeto neoliberal e na defesa global do projeto democrático e popular. A existência desta bipolarização organizava, política e ideologicamente, o discurso dos petistas e a recepção deste discurso por parte do eleitorado. Ademais, conferia um caráter ofensivo às campanhas petistas, mesmo quando o PSDB e o PFL não assumiam a condição de “neoliberais”. Em 2004, este discurso nacional e programaticamente polarizador perdeu espaço nas campanhas dos candidatos petistas. Isso permitiu ao PSDB e ao PFL uma liberdade de movimentos que eles não experimentavam desde 1994, além de favorecer os partidos e candidaturas de “centro”, que anteriormente ficavam espremidos entre os dois pólos da disputa.

No que toca a ação administrativa do governo federal, ela foi objeto de muitos ataques por parte da oposição (que acusou-nos de “uso da máquina”). Mas, de fato, não se verificou uma ação coordenada do governo, que pudesse se refletir de maneira positiva no conjunto das campanhas eleitorais. O que não deixa de ser curioso, uma vez que era voz unânime no Partido que as eleições de 2004 seriam estratégicas tanto para o desempenho, quanto para a reeleição do governo Lula.

No que diz respeito à política de alianças, foi aprovada uma política que incluía, potencialmente, toda a base de apoio do governo no Congresso Nacional. Isso gerou uma enorme polêmica interna e pública, tanto no primeiro quanto no segundo turno.

Um subproduto desta política de alianças foi a decisão, que só veio a público no curso de 2005, de assumir dívidas dos partidos aliados no Congresso Nacional, mesmo que em alguns casos estas dívidas tivessem sido contraídas em campanhas contra candidatos do PT. Estes, por sua vez, foram estimulados a fazer campanhas com um nível de gastos superior à sua capacidade de endividamento, o que explica parte da crise financeira vivida, hoje, pelo PT.

Ao término das eleições de 2004, verificou-se que o PT fora derrotado nos principais centros urbanos. Registre-se que isso ocorreu apesar do cenário econômico do segundo semestre daquele ano ter sido positivo, frente ao do ano anterior.

A principal derrota foi política, não apenas eleitoral: houve a inversão de um processo que vinha desde 1998, em que setores anteriormente favoráveis ao governo FHC se deslocavam em direção ao PT. Em 2002, esse deslocamento levou à vitória de Lula. Em 2004, o deslocamento se interrompeu e, em alguns locais, inverteu seu sentido.

Isso foi particularmente visível entre os setores médios, cujo deslocamento em direção ao PT, nas eleições de 2000 e 2002, havia sido decisivo para a vitória de Lula. Em 2003 e 2004, tais setores começaram a realizar um movimento de inflexão, agora em direção aos partidos de centro e de direita.

Esse deslocamento se fez sob um triplo impacto: as políticas desenvolvidas pelo governo federal não consolidaram a adesão recém-conquistada de vários setores médios; a campanha de desmoralização movida pela direita, contra o governo e o PT, atingiu em primeiro lugar os setores

médios; e o enfraquecimento do pólo democrático-popular fortaleceu a capacidade de atração do pólo oposto.

Em 2004, entretanto, a maior parte dos trabalhadores continuou a votar nas candidaturas do PT, não sendo atraída pelos partidos de oposição de esquerda (PCO, PSTU e PSOL). Mas houve uma redução no entusiasmo e na militância deste apoio, o que ajuda a entender o crescimento, nas eleições de 2004, do voto em branco, do voto nulo ou até mesmo do voto popular em partidos da oposição de direita.

Entre os fatores que impactaram as eleições de 2004 está o caso Waldomiro Diniz. Tanto o PT quanto o governo subestimaram o caso Waldomiro Diniz, sem perceber que se tratava do ensaio geral da ofensiva da direita.

A derrota nas eleições de 2004 estimulou a maioria conservadora existente na Câmara dos Deputados a eleger, como Presidente, um representante do chamado “baixo clero”, assumido anticomunista e defensor público do fisiologismo.

Com a eleição de Severino Cavalcanti, criaram-se as condições políticas necessárias para um ataque generalizado contra o governo e contra o PT, tendo como mote principal a acusação de que o governo Lula e o PT teriam articulado “a maior rede de corrupção e tráfico de influência da história da República brasileira”.

O governo e o PT foram submetidos, a partir de março de 2005, a um bombardeio cotidiano de todos os meios de comunicação, sendo associados constantemente à corrupção, ao crime organizado, ao enriquecimento ilícito, entre outros delitos, com destaque para a articulação de um esquema de financiamento de campanhas eleitorais, nos mesmos moldes já utilizados pelo PSDB e pelo PFL.

Pela importância que este tema assumiu, precisamos analisar com mais atenção o tema do financiamento das campanhas eleitorais.

As finanças de um partido de trabalhadores

Como financiar a atividade política de um partido de trabalhadores, especialmente em épocas de refluxo e crise econômica, que reduzem o nível de mobilização e organização, a consciência e a renda dos trabalhadores?

Na América Latina, nos últimos 75 anos, diversas organizações de esquerda (ou tidas como tal) tentaram vários métodos para financiar sua atividade: do ouro de Moscou ao bom burguês, do assalto ao cofre do Ademar aos seqüestros, das expropriações aos empreendimentos empresariais controlados por militantes, da cotização individual ao uso de recursos sindicais, do financiamento privado ao financiamento público etc.

Sustentado inicialmente por contribuições de militantes, parlamentares e cargos comissionados, bem como por recursos advindos da venda de materiais e do apoio de estruturas e simpatizantes mais bem aquinhoados, o PT tornou-se nos anos 1990 beneficiário de recursos públicos, por meio do Fundo Partidário.

Este Fundo, proporcional ao desempenho eleitoral do Partido, tornou-se rapidamente a principal fonte de recursos do PT.

O mecanismo acabou ajudando a produzir uma crescente dissociação entre as finanças do Partido e a adesão militante. Noutras palavras: o Partido pôde construir estruturas permanentes ou temporárias, sem que isto dependesse da contribuição voluntária de suas bases.

Como é óbvio, isso deu maior autonomia para a burocracia partidária, autonomia que antes era privativa das estruturas políticas montadas a partir de gabinetes parlamentares ou do espaço conquistado em governos.

Tanto o fundo público quanto as demais estruturas dependiam, em última análise, do voto. Também em meados dos anos 1990, entrou em cena o financiamento privado legal das campanhas, que permitiu dissociar progressivamente o desempenho eleitoral do envolvimento voluntário e consciente da militância.

O financiamento privado de campanhas (legal ou ilegal) foi um combustível importante da americanização das campanhas eleitorais brasileiras, no sentido de tratar os candidatos como produtos e o eleitorado como mercado consumidor.

Um dos símbolos da adesão do PT a este estilo de campanhas foi a contratação (contra a qual nos opusemos firmemente) de Duda Mendonça para dirigir o marketing da campanha Lula em 2002.

É interessante dizer que Duda Mendonça combinou o conteúdo “Lulinha paz e amor” com a utilização abundante da cor vermelha em todas as propagandas, evitando o erro cometido pela direção de comunicação da campanha presidencial de 1998, que no primeiro programa de TV, para mostrar que o Partido e Lula haviam mudado, utilizaram imagens de bandeiras brancas.

Como resultado da americanização, as campanhas tornaram-se caríssimas, não apenas devido aos custos de produção dos programas dedicados ao horário eleitoral supostamente gratuito, mas também por conta da contratação de shows de artistas de grande apelo popular. Hoje parece incrível, mas a direção nacional do PT contratou 20 milhões de reais em shows, apenas para a campanha de 2004.

O financiamento público torna o partido dependente do Estado. O financiamento privado torna o partido dependente do apoio do empresariado. Evidentemente, para um partido de trabalhadores, há aí uma contradição, que tende a tornar-se explosiva com o passar do tempo.

Não existe um estudo sobre as empresas que contribuíram com o PT, desde 1994. É possível que haja empresas que contribuíam porque seus donos aparentemente concordavam com os objetivos programáticos do PT, passando por empresas que contribuíam porque imaginavam que isso permitia evitar governos corruptos de direita, até empresas que contribuíam com o objetivo de cooptar o Partido para suas propostas ou para seus esquemas de tráfico de influência.

O problema é que, para um partido de trabalhadores, a dependência em relação ao financiamento privado de campanhas tende a alterar, no médio prazo, seus compromissos programáticos e vínculos de classe.

Trata-se de um problema crônico da democracia nos marcos do capitalismo, problema que pode ser minimizado, mas não superado, pelo financiamento público, por leis que restrinjam os gastos em campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela repressão contra a compra de votos e pela educação política permanente da sociedade.

Nos países capitalistas centrais, o chamado poder econômico tem influência na seleção dos políticos que serão eleitos, por meio do financiamento de suas campanhas, ganhando assim ainda maior

controle sobre as decisões do Estado. Nos Estados Unidos, por exemplo, isto ocorre de maneira cinicamente transparente, há mais de 100 anos.

No Brasil, a legislação prevê limites para a contribuição das empresas. Mas muitas empresas acabam optando pela contribuição ilegal ("caixa dois"), que tem várias vantagens para as empresas. Pode ser feita com dinheiro não declarado. Pode ser feita sem que a população e os concorrentes do político beneficiado saibam. Pode servir para chantagear o beneficiário da contribuição ilegal.

Nisto podem ser resumidas as diferenças entre o "caixa dois" e o financiamento privado feito dentro da lei: impede-se o controle público dos recursos, tanto na origem, quanto no destino.

A rigor, com as exceções já citadas, tanto o dinheiro legal quanto o ilegal visam o tráfico de influência, ou seja, visam estimular decisões governamentais que beneficiam as empresas privadas. Que parte do dinheiro lucrado desta forma seja reinvestido em determinados políticos, para ampliar os efeitos do tráfico de influência, não deve nos fazer perder de vista qual a economia política da corrupção: o beneficiário maior é o corruptor, não o corrupto.

A diferença entre a empresa privada corruptora e a empresa privada "honestas" reside, geralmente, no grau de hegemonia que esta empresa (ou a atividade econômica na qual está inserida) possui sobre a sociedade.

Por exemplo: quando a diretoria do Banco Central decide qual será a taxa de juros, transfere bilhões dos cofres públicos em direção a cofres privados. Mas o senso comum não considera este fato como corrupção, embora seja difícil perceber a diferença.

Quando o governo de FHC promoveu uma venda maciça de estatais, a preços e através de procedimentos que foram publicamente questionados, setores importantes da sociedade não consideraram que isso fosse corrupção.

Quando uma empresa de comunicação aborda um tema de acordo com os interesses de seus anunciantes, poucos consideram que isso seja corrupção.

Já quando um funcionário público direciona uma licitação, a sociedade não tem dúvida que se trata de corrupção.

É muito comum que o crime organizado se associe aos esquemas de financiamento eleitoral. E quando se chega nesse ponto, é usual que os operadores do esquema desviem recursos para uso pessoal.

São cinco, portanto, os aspectos envolvidos no processo de financiamento dos principais partidos de direita do Brasil: o financiamento privado "legal", o financiamento privado via "caixa dois", o tráfico de influência, a associação com o crime organizado e o enriquecimento pessoal.

Desde março de 2005, o PT como um todo ou pelo menos dirigentes importantes do Partido passaram a ser acusados de recorrer aos mesmos procedimentos, e em alguns casos aos mesmos operadores do financiamento do PSDB e de outros partidos.

O próprio PT ainda não apresentou, oficialmente, uma análise de conjunto desta questão. O assunto foi abordado no processo de eleição das direções partidárias, no Parlamento, na Justiça e nos meios de comunicação, geralmente em termos da legalidade ou ilegalidade (interna ao PT e na sociedade) das ações. Alguns dirigentes do Partido chegaram a dizer que o financiamento irregular é uma decorrência da inexistência de financiamento público, sem perceber que isto não constitui justificativa aceitável.

Isso remete para um debate mais complexo, sobre o “custo” da democracia numa sociedade capitalista. Um partido de trabalhadores, numa sociedade profundamente desigual, enfrenta enormes dificuldades para disputar eleições: a desigualdade de condições materiais, o senso comum, a postura dos meios de comunicação, os recursos disponíveis para os oponentes, a compra de votos.

Resolver estas dificuldades, buscando financiamento junto às mesmas fontes que financiam os partidos de direita, tende a provocar, mais cedo ou mais tarde, uma mudança na política defendida pelo Partido, pois determinados meios muito dificilmente são dissociáveis de determinados fins.

Paradoxalmente, há uma visível contradição entre apostar nestes métodos de financiamento e, ao mesmo tempo, defender as virtudes da disputa de hegemonia, da guerra de posições, da necessidade de um longo período de acúmulo de forças, da importância do PT respeitar o nível de consciência da sociedade. Como se explica a contradição entre uma linha política aparentemente tão ciosa do respeito à correlação de forças, e uma política de finanças que poderíamos chamar de temerária?

Alguns acreditam que a explicação está nos “métodos autoritários de direção”. Entendemos que isso possa ser um elemento, mas a explicação fundamental é outra: ao adotar uma orientação programática e estratégica de aproximação com setores da burguesia, nosso partido criou o ambiente contaminado em que setores e dirigentes se comportaram com a temeridade típica dos integrantes do restrito clube da classe dominante, dentro do qual muito raramente alguém é denunciado, julgado, culpado ou preso por cometer ilegalidades, em particular quando se trata de dinheiro público. Os anticorpos da burguesia, neste sentido, se revelaram muito mais fortes e trataram de lembrar aos “invasores” qual era o seu verdadeiro lugar.

Por sua tradição e convicção, o PT luta contra a corrupção e a apropriação privada de bens e recursos públicos. As acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa. Elas não devem ser simplesmente tomadas e/ou desqualificadas, a priori, como “ataques da direita”, embora sejam utilizadas pela direita contra todo o partido. Os movimentos socialistas não são isentos de deformações e de processos de corrupção; pelo contrário, a integração ao Estado e à sociedade burguesa são riscos permanentes.

Um brutal ataque da direita

Desde o início de 2003, as forças que fazem oposição ao governo Lula optaram por uma tática de acúmulo de forças, baseada principalmente na expectativa de desgastar política e ideologicamente o Partido dos Trabalhadores, agora no exercício do governo federal.

Esta tática resultou, entre o final de 2004 e o início de 2005, na vitória que as oposições obtiveram no segundo turno das eleições municipais e na escolha do presidente da Câmara dos Deputados.

A partir daí, sentindo-se fortalecidas, as forças que fazem oposição ao governo Lula passaram ao ataque aberto, colocando o Partido e o governo na defensiva.

Para a oposição, havia dois “cenários ideais”: no primeiro deles, desgastava o Partido e o governo, criando as condições para uma vitória neoliberal nas eleições de 2006. No segundo deles, o PT perdia seu registro legal e o presidente da República era afastado num processo de impeachment.

Os planos da oposição foram até agora parcialmente inviabilizados, graças à base popular do Presidente, à força da militância petista e à eleição do presidente da Câmara dos Deputados.

A força do petismo ficou visível em setembro-outubro de 2005, quando 315 mil filiados compareceram para votar na eleição da nova direção partidária. Logo em seguida, Aldo Rebelo foi eleito para a presidência da Câmara dos Deputados. Desde então, a direita mudou de tática: manteve a política de desgaste, mas abandonou qualquer veleidade de impeachment, concentrando-se na disputa eleitoral de 2006, onde pretende eleger o presidente e ampliar sua maioria no Congresso e entre os governadores.

O Partido ainda não realizou um balanço da crise política que nos acometeu, desde o início de 2005. Este balanço é necessário, para evitar que se repitam futuramente os problemas ocorridos agora. De toda forma, é preciso ter claro que a eleição de 2006 ocorrerá nos marcos de uma ofensiva conservadora, cuja profundidade e alcance podem ser vislumbrados no resultado do referendo sobre a comercialização de armas, no relatório aprovado pela CPMI da Terra, na maneira como a direita defende a cassação de deputados petistas e nas declarações do senador Jorge Bornhausen.

Ainda não está claro como se conformará, do ponto de vista das candidaturas, a disputa eleitoral de 2006. No momento, podemos vislumbrar quatro grandes campos eleitorais, que em alguns casos se confundem com determinadas coligações e respectivas candidaturas:

- a) uma coligação em torno do governo e do PT;
- b) uma coligação em torno do PSDB, tendo o PFL como principal aliado;
- c) um campo de ultra-esquerda, que pode surgir coligado ou com mais de uma candidatura;
- d) um campo de centro, que tenta se constituir e se apresentar como equidistante tanto do PT/governo, quanto da oposição tucano-pefelista, podendo surgir coligado ou com mais de uma candidatura.

Tudo indica que os ataques das candidaturas de oposição serão variações em torno do tema da “ética” e da política econômica.

Mas haverá diferenças entre elas, no que toca as propostas programáticas. O cenário das coligações e das candidaturas que vem se desenhando aponta, como tendência, para a existência dos seguintes discursos programáticos na campanha eleitoral presidencial de 2006:

- a) o discurso da candidatura Lula;
- b) o discurso “liberal-desenvolvimentista conservador” da candidatura Alckmin;
- c) o discurso “liberal-desenvolvimentista tucano” (no caso da improvável, mas ainda possível, candidatura Serra);
- d) o discurso “nacional-desenvolvimentista demagógico” (caso Garotinho seja de fato candidato);
- e) um discurso de ultra-esquerda, que pode ser encampado pelo PSTU, pelo PSOL ou por ambos.

É importante dizer que, embora o “desenvolvimentismo” vá ser uma tônica da maioria, senão da totalidade das candidaturas, o programa que a coligação tucano-pefelista implementaria, caso vencesse eleições, vincularia o crescimento econômico e a redução dos juros a um brutal ajuste fiscal e à retomada das privatizações.

Ainda que hoje exista uma polarização entre o PT e o PSDB, devemos estar atentos para o possível surgimento de uma terceira via, seja populista (como Garotinho) ou mais tradicional.

Nossa tática para 2006

Como tarefas imediatas, o Partido deve incidir sobre a conjuntura aprofundando o enfrentamento que vem fazendo com a oposição, especialmente no Congresso Nacional. Caberá ao PT manter o

nível de polarização política adotada no último período, apostando na acentuação da disputa com os tucanos. A divulgação de um dossiê da privatária é um instrumento importante nesta disputa.

O PT deve colocar como um dos seus principais objetivos para a ação no Congresso Nacional a aprovação da reforma política, mesmo que ela venha a ter validade apenas para as eleições de 2008. Nosso partido não pode perder a oportunidade de defender e mobilizar o país pela aprovação de medidas como a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas.

Por outro lado, o Partido deve também acentuar a disputa nas CPIs dos Correios e dos Bingos, demonstrando que, na primeira, há um claro desejo de não avançar nas investigações sobre as “épocas tucanas”, colocando sob suspeição os relatórios que não incidam sobre aquele período. Na segunda, a dos Bingos, os desvios de foco e do objeto de investigação em que vêm incorrendo os seus membros podem tornar inevitável o recurso à Justiça.

Ao longo de 2005 houve, em nosso país, um considerável avanço do conservadorismo. Apoiando-se na difusão de preconceitos, em erros do próprio PT e no discurso incoseqüente do esquerdismo, a direita tem encontrado eco social nas suas tentativas de disseminação de um senso conservador, ainda que difuso. Isso se expressou na votação do referendo de 23 de outubro sobre o comércio de armas.

Precisamos vencer a eleição presidencial de 2006, para que não tenhamos este conservadorismo no controle do governo federal. O Brasil não pode andar pra trás, justamente num momento onde a América Latina, laboratório primeiro do neoliberalismo, avança em outra direção.

Se depender de FHC, a oposição de direita vai centrar seus ataques ao PT no tema da “corrupção”. Este debate nos interessa: os problemas ocorridos no PT, que foram e continuarão sendo objeto de medidas internas e também públicas, nem de longe podem ser comparados às privatizações tucanas (“privatária”), à compra de votos para a reeleição, ao engavetamento de CPIs e tantos outros casos.

Ao mesmo tempo em que enfrentaremos de maneira ofensiva o debate sobre a corrupção, devemos mostrar para a sociedade que o fundamental é o debate entre projetos de sociedade, sobre como melhorar as condições de vida da população, como retomar o crescimento com distribuição de renda, como recuperar as condições de funcionamento do Estado.

Ao apresentarmos nosso programa para 2007-2010, devemos sustentá-lo com as ações adotadas desde já. Nesse sentido, 2006 deve ser considerado como o primeiro ano do segundo mandato.

Isto implicará em ações de governo que antecipem as linhas gerais do próximo mandato, deixando clara a transição para um novo modelo econômico e de desenvolvimento voltado para a superação das desigualdades sociais, que ainda permanecem.

A sociedade só acreditará num novo programa de governo, diferente do atual, se ele começar a ser implantado desde já. Mais que apontar para um programa de transição, é necessário demonstrar que vai se fazer diferente. Para que esse programa tenha credibilidade e aponte para a renovação da esperança da classe trabalhadora e demais setores sociais conosco identificados, o governo deve indicar mudanças desde já.

Aliado àquilo que já estamos desenvolvendo, que acumula politicamente para nosso projeto, é necessário estabelecer diferenciações mais explícitas em relação ao governo tucano que nos antecedeu.

Acelerar a execução orçamentária é fundamental do ponto de vista social, além de garantir que o orçamento não se torne uma peça morta, arrojado por um superávit primário ainda maior do que o estabelecido pelo próprio governo.

O PT já afirmou, através de resolução de seu Diretório Nacional, que há espaço para alterações na política econômica, desde já, no sentido de reduzir rapidamente os juros, reduzir o superávit primário, ampliar os investimentos públicos e agilizar a execução orçamentária.

Claro que uma alteração mais profunda depende do resultado das eleições de 2006. Mas o resultado das eleições de 2006 está vinculado a uma alteração imediata, mesmo que parcial, na política econômica. O crescimento de Lula, nas recentes pesquisas realizadas, mantém evidente relação com as iniciativas adotadas pelo governo, desde a batalha que Dilma Rousseff manteve contra Palocci.

O Partido entende, ainda, que é fundamental estimular o debate público sobre a política econômica, sob pena de restaurarmos o pensamento único. Ou, pior ainda, de vermos a direita brasileira, gestora de um modelo econômico que gerou um dos países mais desiguais do mundo, comparecer nas eleições de 2006 criticando o “conservadorismo” e o viés “pró-capital financeiro” de nossa política econômica.

O Partido considera totalmente equivocadas as propostas de déficit zero e de aprofundamento do ajuste fiscal, assim como considera que as taxas de juros têm que ser aceleradamente reduzidas. O Partido defende o crescimento econômico e a redução na transferência de recursos do país para os bancos.

Para além do debate sobre a política econômica e sua influência no ritmo geral do governo, bem como a necessidade de reorientar imediatamente a ação de diversas áreas da administração federal, se faz necessário discutir o modelo de gestão do Estado, sintetizado no modelo de “agências”, “controles” e lei de “responsabilidade” fiscal – que, reiteramos, deve ser substituída por uma lei de responsabilidade social.

Nosso governo possui muitos acertos e muitos erros, que independeram da política econômica. Pagamos muito caro pelos erros, ao mesmo tempo em que temos tido enorme dificuldade de capitalizar os acertos, mesmo que parciais.

Capitalizar os acertos implica em recusar a concepção conservadora de política, segundo a qual em razão de concessões táticas, devemos nos abster de travar a disputa estratégica e ideológica; segundo a qual, em razão de concessões parciais num setor, devemos nos abster de avançar noutros setores. Esta concepção conservadora se expressa com particular força nas contradições e limitações da política de meio ambiente – onde, apesar de alguns avanços (fortalecimento do IBAMA e do SISNAMA, ampliação dos canais de participação popular nas conferências de meio ambiente e nas instâncias colegiadas, aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos), não houve um enfrentamento claro aos interesses do grande capital, como se evidenciou no caso dos transgênicos, da transposição do rio São Francisco ou dos incentivos às transnacionais da agro-floresta, bem como na timidez da política de direitos humanos.

Para que nosso segundo mandato presidencial seja superior ao primeiro, é fundamental compormos uma maioria no Congresso. É fundamental, ainda, eleger governadores do PT ou aliados, nos principais estados do país. Por isso, deve haver uma complementaridade entre nossa tática/aliança nacional e nossa tática/aliança nos estados, admitida a possibilidade da candidatura presidencial ter mais de um palanque, mas ao mesmo tempo garantindo espaço para a tática mais adequada para o crescimento político do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, apoiamos a verticalização, que

foi aprovada tanto pela direção do Partido quanto pela bancada de deputados federais do PT. A verticalização não foi aprovada pela Câmara, em parte devido à ação do governo. Entretanto, a decisão do STF fez prevalecer a lei, que determina que mudanças na legislação eleitoral devam ser feitas até um ano antes do pleito, o que garante que, para as eleições de 2006, a verticalização esteja ainda em vigor.

Entendemos que nossas chances de sucesso nas eleições de 2006, bem como nossas chances de sucesso na disputa pelo poder, dependem em grande medida de sermos capazes de aparecer para a sociedade como expressão política, governamental e partidária, das demandas por um país democrático, popular e socialista. Neste sentido, a disputa clara de projetos, o confronto ideológico, a contraposição de modelos de país, constituem um aspecto fundamental da luta política, no qual temos falhado muito, tanto o partido quanto o governo.

Estes desafios devem ser enfrentados “a quente”, ou seja, no curso do balanço do governo Lula; da elaboração das diretrizes do programa de governo 2007-2010; na organização da aliança com que disputaremos as eleições; na escolha de nossos/as candidatos/as a presidente, vice-presidente, governadores, senadores e deputados; na atuação das bancadas parlamentares; na disputa político-ideológica de projetos na sociedade; e na ação de nossos governos, principalmente do governo federal.

Ao lado da disputa de projetos, outro elemento que incidirá pesadamente nas chances de sucesso do PT nas eleições de 2006 é nossa capacidade de rearticular organicamente o campo democrático e popular. Chegamos à presidência da República como expressão de um bloco histórico, composto pelos partidos de esquerda, movimentos sociais, mandatos parlamentares, governos e intelectualidade democrática. Mas desde o início de 2003, por diversos motivos, este bloco histórico entrou numa dinâmica de luta interna e fragmentação.

Reconstruir este bloco histórico, recompor os laços com os partidos de esquerda e com os movimentos sociais, retomar a ofensividade de nossas bancadas parlamentares e a iniciativa política de nossos governos, recuperar o apoio da intelectualidade democrática, constituem condições sine qua non para nosso sucesso nas eleições de 2006 e para a luta pelo poder em nosso país. É um equívoco achar que os setores populares beneficiados pelas políticas sociais vão garantir, sozinhos, nossa vitória; como também é equivocado achar que estes setores seguirão firmes conosco, aconteça o que acontecer.

O balanço do governo Lula e a discussão do programa de governo para 2007-2010 constituem instrumentos importantes para a reconstrução do bloco histórico democrático, popular e socialista. Este balanço deve ser feito à luz da herança que recebemos, de 500 anos de desigualdade, dependência e conservadorismo; de duas décadas de crise do modelo desenvolvimentista conservador; de uma década de neoliberalismo. O balanço do governo Lula deve levar em conta, também, a correlação de forças em âmbito internacional e nacional, o que inclui a força dos conservadores no Parlamento, nos governos estaduais, na burocracia estatal e nos meios de comunicação, por um lado; e, por outro, o quadro de relativo descenso das lutas sociais e de defensiva do projeto socialista. Nunca é demais lembrar: em 2002, conquistamos a presidência da República, não conquistamos o poder.

O balanço do governo Lula e a discussão do programa 2007-2010 devem levar em conta, também, o projeto histórico que perseguimos. Projeto histórico socialista, que precisa se materializar numa alternativa democrática e popular, que derrote a hegemonia das idéias neoliberais, as pretensões

imperialistas dos Estados Unidos e a verdadeira ditadura que o capital financeiro mantém sobre a sociedade brasileira.

O balanço do primeiro mandato de Lula e a discussão das diretrizes de programa devem envolver os dirigentes partidários, os movimentos sociais, os partidos de esquerda, os integrantes do governo e a intelectualidade progressista. Trata-se de fazer um balanço global, mas também balanços setoriais, importantes inclusive para destacar que em importantes áreas do governo há avanços significativos, avanços que não são destacados pelos meios de comunicação controlados pela direita, nem adequadamente valorizados pela esquerda brasileira.

Após o 13º Encontro Nacional, o Partido, os aliados e o candidato devem travar um diálogo, que resultará no Programa com que disputaremos as eleições de 2006. Também por isto, desde o início o balanço do atual governo e as diretrizes do futuro governo devem ser objeto de discussão junto ao Partido Socialista Brasileiro e ao Partido Comunista do Brasil, bem como junto aos movimentos sociais e à intelectualidade que integra o campo democrático e popular.

Alguns elementos de balanço e diretrizes

Além do que foi dito no início deste documento (ver: “Transição, antes tarde do que nunca”), cabe deixar claro que um balanço completo da atuação do governo Lula envolverá a reconstituição sistemática da ação do governo, em seus vários níveis (Presidência, ministérios, estatais); as suas relações internacionais; a sua relação com outros níveis da estrutura estatal (Legislativo, Judiciário, demais níveis do poder executivo) e com as organizações sociais, das diferentes classes, inclusive os meios de comunicação; o impacto de suas políticas, em particular na macroeconomia e nas chamadas áreas sociais; sua relação com todos os partidos políticos; e uma análise comparada com outros casos de governos dirigidos por partidos de esquerda vitoriosos em processos eleitorais.

Ao fazermos tal balanço, será necessário distinguir o que se tentou fazer e aquilo que foi efetivamente feito, em comparação com o que (e como) se pretendia fazer.

Um exemplo: o PT afirmou, em seu 12º Encontro Nacional, sua intenção de superar o neoliberalismo. Sob qualquer parâmetro, este objetivo não foi alcançado: o Brasil (e o mundo, aliás) segue sob hegemonia do capital financeiro, do imperialismo e das idéias neoliberais. Portanto, a questão posta é saber se o governo, por influência do Partido, adotou medidas que perseguiam aquele objetivo; bem como saber se tais medidas tiveram êxito e em que nível.

Êxito, nestes marcos, implica, em última análise, no fortalecimento político, econômico, social e ideológico dos setores sociais que constituem o bloco histórico que se opõe ao neoliberalismo; e o fortalecimento do conjunto da sociedade brasileira, frente especialmente às nações imperialistas. Neste sentido mais geral, precisamos reconhecer que o conjunto das ações do governo Lula não foram, nem estão hoje organizadas de maneira consoante com o propósito de fortalecer o bloco antineoliberal. Isto é particularmente claro quando analisamos a política econômica.

Isso não significa que a política econômica implementada no governo Lula seja idêntica àquela implementada ao longo dos anos 1990. Nem significa desconhecer, por outro lado, que há áreas da política do governo, inclusive da política econômica, onde se está implementando uma política oposta aos cânones do neoliberalismo.

Mas não podemos concordar que se defenda o governo Lula e sua política econômica, lançando mão de parâmetros e conceitos herdados do governo anterior, com base em lugares comuns e

grande desconhecimento dos fatos, inclusive do que seja o “modelo neoliberal” e suas variantes concretas. Para não falar das tentativas de apresentar os “sucessos da política econômica” como decorrência do trabalho iniciado em “governos anteriores”.

Em qualquer caso, o mais relevante para analisar a política econômica do governo Lula é, como já dissemos noutra passagem deste texto, o volume de recursos transferido, através da taxa de juros e do superávit primário, em direção ao capital financeiro.

O papel central que a política econômica stricto sensu assumiu no governo Lula constitui, por si só, uma vitória da hegemonia neoliberal. Era de se esperar que a área social lato sensu (o que inclui, portanto, os investimentos em infra-estrutura física, a reforma urbana e a reforma agrária) constituísse o carro-chefe do governo.

O fato das políticas sociais do governo Lula serem predominantemente de tipo compensatório, não havendo um salto de qualidade fundamental nas demais áreas (por exemplo, um acréscimo significativo no orçamento da Cultura e dos Esportes; um combate ao monopólio na área da Comunicação; uma redução do espaço ocupado pelo setor privado, nas áreas de Saúde e Educação; um amplo processo de reforma agrária e urbana), indica que neste terreno estratégico o primeiro governo Lula ainda se manteve, na média, nos mesmos patamares de governos anteriores.

Outro terreno em que se esperava uma mudança substancial é o da democratização política, através do empoderamento das camadas populares, inclusive via mecanismos de controle social do Estado. É verdade que o governo estimulou a realização de conferências em diversas áreas, mas é duvidoso que este esforço tenha continuidade, frente ao contraste entre as expectativas e as realizações (sobretudo após as mudanças ministeriais na saúde e na habitação). Por outro lado, ocorreu uma redução do espaço ocupado pelos setores de esquerda nos governos municipais, havendo uma tendência (que devemos reverter) de redução do espaço ocupado pela esquerda no Congresso Nacional. Ao lado disso, não se verificou um salto nos patamares de sindicalização, nem mesmo de militância noutros movimentos sociais. E a primeira "consulta popular" feita sob o governo Lula (o referendo sobre comercialização de armas de fogo) foi vencida pela direita.

A par da mudança progressista ocorrida nas relações com os movimentos sociais, não avançamos na realização de grandes reformas democráticas e na efetivação da democracia participativa. Entre as reformas democráticas, duas se destacam: a das instituições representativas e do sistema eleitoral; e a reforma das instituições econômicas do Estado, aprisionadas pelo capital financeiro.

Em parte devido ao contraste com o conjunto da obra, em parte por méritos próprios, ou ainda devido ao papel objetivo que o Brasil cumpre numa conjuntura continental favorável às forças contrárias ao neoliberalismo, a política externa possui um diferencial importante em relação às demais áreas do governo Lula.

Num sentido geral, portanto, aquilo que foi efetivamente feito pelo governo Lula não resultou num fortalecimento significativo e sustentável, do ponto de vista político, econômico, social e ideológico, dos setores sociais que constituem o bloco histórico que se opõe ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo, o governo obteve êxitos parciais, mas relevantes, na frente internacional, sendo o principal deles o simples fato de existir, ou seja, o fato do Brasil ter um governo que não se propõe a representar os interesses norte-americanos.

Em que medida o que foi efetivamente feito pelo governo decorre de opções anteriores feitas pelo Partido dos Trabalhadores (ou pelos petistas que dirigem o governo)? Se tomarmos como parâmetro

as resoluções do PT, de 1995 até 2005, podemos dizer que as ações do governo Lula constituíam um desdobramento possível, embora não inevitável, daquelas resoluções.

Se tomarmos como parâmetro as resoluções do Diretório Nacional do PT, eleito em 2001, especialmente no período que se estende da edição da Carta aos Brasileiros até julho de 2005, podemos dizer que as ações do governo Lula tiveram o aval explícito ou pelo menos o silêncio obsequioso da maioria da direção partidária.

Se considerarmos o resultado da eleição, ocorrida em setembro-outubro de 2005, das novas direções do PT, podemos dizer que a política implementada não é mais hegemônica no interior do Partido, embora isto não signifique que haja outra política hegemônica, nem signifique discordância em relação aos pressupostos desta política, nem tampouco implique em manifestação pública e explícita. Seria mais preciso, portanto, dizer que a variante ortodoxa daquela política, expressa principalmente nas ações do ministério da Fazenda e do Banco Central, não têm mais apoio majoritário no Partido.

Cumpramos lembrar, em todo caso, que ao contrário do que ocorreu com vários partidos social-democratas, o PT não renunciou aos propósitos socialistas e segue afirmando sua oposição ao neoliberalismo. Neste sentido, há uma tensão entre o que se pretendia fazer e aquilo que se tentou ou se fez, efetivamente. Principalmente porque o resultado prático da ação do nosso governo não é uma ampliação significativa e sustentável da qualidade de vida dos setores populares, que pudesse fornecer uma base social sólida, no presente e no futuro, em apoio à política que se implementou de 2003 a 2005.

O debate sobre o balanço e as diretrizes de governo deve ser um momento de agregação da base militante do PT, dos aliados e de nossa base social e eleitoral, bem como um momento de defesa do governo frente à oposição, devendo merecer destaque a herança recebida do governo FHC. Tendo em vista a disputa político-eleitoral, este deverá ser o elemento ao qual deveremos dar mais destaque público: o contraponto entre nosso governo e o governo tucano, contraponto que deixará evidente os avanços de nosso governo.

O debate sobre o balanço e as diretrizes será, também, um momento de crítica do que fizemos e deixamos de fazer, na perspectiva da superação de nossos limites num segundo governo Lula. Os documentos resultantes deste debate serão, portanto, instrumentos de defesa do PT e instrumentos para vencermos as eleições de 2006. Para tal, é importante diferenciarmos o balanço, as diretrizes e o programa.

O programa deve ser um documento sintético, capaz de apresentar as idéias-força do segundo mandato e escrito de forma a ser lido e compreendido pelas mais amplas camadas do povo. Deste ponto de vista, o programa de governo deve ser semelhante, na forma, àquele que aprovamos para as eleições de 1998.

Já o documento de balanço e diretrizes tem como público-alvo a militância da esquerda, devendo: a) lembrar que esta é a primeira eleição que disputamos enquanto partido de governo, no bojo de uma profunda crise do Partido e de uma profunda crise nacional; b) ressaltar a importância tática e estratégica de uma vitória em 2006, no contexto nacional e internacional, nos marcos de uma ofensiva conservadora no Brasil; c) definir o lugar das eleições de 2006 e de um segundo mandato de Lula, na nossa estratégia democrática, popular e socialista; d) conter um diagnóstico estrutural, acerca dos dilemas de fundo da sociedade brasileira, mostrando qual o papel de nosso governo na superação tanto da herança neoliberal quanto da herança do desenvolvimentismo conservador; e)

recuperar a noção de transição de modelo, abandonada no atual governo; f) apontar claramente os objetivos do segundo mandato e nossos objetivos de médio e longo prazo.

Compareceremos nas eleições de 2006, para solicitar ao povo um mandato que nos permita fazer um segundo governo superior ao primeiro. E isto só será possível se estiver claro, para a população, quais são as grandes questões em disputa. E se conseguirmos eleger o presidente, uma maioria parlamentar e governadores nos principais estados do país.

Consideramos que nossas chances na disputa presidencial serão maiores, caso apresentemos a candidatura de Lula à reeleição. Como é sabido, o presidente da República faz um balanço extremamente positivo da gestão 2003-2006. Ao mesmo tempo, tem apresentado algumas condições para uma possível candidatura à reeleição, entre as quais a existência de condições reais para fazer um segundo mandato superior, bem como uma política de alianças ampla.

As opiniões do presidente da República e nosso candidato à reeleição devem ser levadas em consideração. Entretanto, não devem constranger o balanço do governo, a discussão programática e a afirmação das opiniões táticas e estratégicas do Partido. Até porque o debate livre destas questões é condição necessária, para que parcela da militância de esquerda se engaje de maneira decidida na campanha pela reeleição. Assim, defendemos um tratamento maduro e público das eventuais divergências que existam entre a opinião majoritária no Partido e a opinião do Presidente da República, de modo a construir um acordo público que sirva de base para a campanha da reeleição.

Consideramos que a base deste acordo está em três idéias fundamentais, que julgamos compartilhadas pela imensa maioria do PT e também pelo nosso candidato à reeleição: primeiro, que as limitações de nosso governo decorrem, em parte, da herança recebida e da correlação de forças, aí incluída a maioria conservadora no Congresso Nacional e nos governos estaduais; segundo, que o desempenho global do nosso governo, para além de ser superior ao do governo FHC, permite defender sua continuidade; terceiro, que faremos um segundo mandato diferente e superior ao primeiro. Evidentemente, para que isto ocorra, há, como pressuposto mínimo, o abandono da política de conciliação com o capital financeiro, condição fundamental para a superação do neoliberalismo.